

Sueli Costa

*O sujeito usado por crianças e
adolescentes de Florianópolis:
um estudo da ordem e do preenchimento*

Pós-graduação em Letras/ Lingüística
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis

2003

Sueli Costa

*O sujeito usado por crianças e
adolescentes de Florianópolis:
um estudo da ordem e do preenchimento*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora

Prof^a . Dr^a . Izete Lehmkhul Coelho

Florianópolis

2003

Dedico este
trabalho a
meus pais,
Akiles e
Malvina, que
fizeram de
mim o sujeito
que sou hoje.

Agradecimentos

A Deus, por me fazer crer que “tudo vale a pena, se a alma não é pequena”.

À Professora Dr^a Izete Lehmukuhl Coelho, minha orientadora, que sempre com uma palavra de incentivo, dedicação, competência e costumeira prestatividade, soube me mostrar o rumo certo a seguir em cada etapa da confecção de meu trabalho.

À Professora Dr^a Edair Maria Görski, pelas sugestões oferecidas, pelas discussões valiosas e a experiência compartilhada ao longo deste trabalho e durante as aulas de Sociolingüística.

Ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, por ter proporcionado, através do “Bondeando”, a valiosa oportunidade para discutir, refletir e amadurecer as idéias contidas no projeto desta dissertação.

À Direção e à Coordenação Pedagógica do Centro Educacional Barreiros, por permitirem a realização da coleta de dados junto a seus alunos.

AOS informantes que se dispuseram a dar entrevistas e escrever os textos que formaram o corpus em análise.

Ao Tarcísio, meu companheiro mesmo nas horas em que não pude lhe fazer companhia, pela paciência, pelo incentivo constante e por sempre me lembrar que “menor que meu sonho não posso ser”.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo mostrar de que forma, considerando-se a ordem e o preenchimento, as crianças e adolescentes de Florianópolis utilizam o sujeito. Para tanto, foram coletados dados de textos orais e escritos envolvendo descrição, narrativa pessoal, narrativa recontada, relato de procedimento e opinião de alunos com idades de 10, 14 e 17 anos. Após a análise dos resultados estatísticos e a comparação com outros trabalhos como os de Duarte (1995), Berlinck (1989) e Coelho (2000), chegou-se à conclusão de que o Português Brasileiro (PB) se encontra em um estágio em que os sujeitos estão cada vez mais preenchidos, deixando, aos poucos, de ser uma língua que utiliza sujeitos não preenchidos (*pro-drop*). Além disso, quanto à ordem, ficou clara a tendência cada vez maior, de os sujeitos se apresentarem na ordem canônica (sujeito-verbo) à medida em que são considerados dados de informantes mais jovens. Foi possível, então, estabelecer um vínculo entre o fenômeno da ordem e do preenchimento do sujeito com base na transitividade dos verbos: quanto mais transitivo for o verbo, maior será a possibilidade de se encontrarem sujeitos preenchidos e antepostos.

Abstract

The aim of this dissertation is analyzing how children and teenagers from Florianópolis use subjects in their utterances, concerning order and fulfilment. Then, oral and written texts involving description, narratives, procedures and opinion were collected from 10, 14 and 17 years-old students. After that, applying VARBRUL statistical program and comparing to works by Duarte (1995), Berlinck (1989) and Coelho (2000), it was possible to realize that Brazilian Portuguese (BP) is becoming a *no pro-drop language*, since it does not present so many null subjects as it was presented some years ago. Besides, considering order, it was possible to see that BP tends to maintain the canonical subject order, subject-verb, as informers are younger. In addition, there is a relationship between subject fulfilment and subject order based on verb transitivity: full subjects preceding verbs are more common than null subjects or postponed ones.

Índice geral

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS	iv
------------------------------	----

INTRODUÇÃO

0.1 Objetivos gerais	1
0.2 Delimitação do objeto de estudo	1
0.3 Principais hipóteses	4
0.3.1 Quanto à ordem	4
0.3.2 Quanto ao preenchimento	5
0.4 Apresentação	6

CAPÍTULO I

O Sujeito: suas múltiplas faces

1.0 Introdução	8
1.1 Conceituando sujeito	9
1.1.1 A visão da gramática tradicional	9
1.1.2 A visão não-tradicional	19
1.2 Considerações finais	28

CAPÍTULO II

Outras faces do sujeito

2.0 Introdução	30
2.1 O sujeito pré e pós-verbal	31
2.2 O parâmetro do sujeito nulo	35
2.3 O sujeito expletivo ou existencial	42
2.4 Considerações finais	45

CAPÍTULO III

Referencial Teórico: Do Gerativismo à Mudança Paramétrica

3.0 Introdução	47
3.1 Chomsky e o modelo de princípios e parâmetros	47
3.2 Mudança lingüística	50
3.2.1 O modelo laboviano	50
3.2.2 O modelo lightfootiano	54
3.3 Lingüística Paramétrica	56
3.3.1 Alguns estudos de variação paramétrica	61
3.4 Considerações finais	65

CAPÍTULO IV

Procedimentos Metodológicos

4.0 Introdução	67
4.1 A pesquisa	67
4.2 Caracterização dos informantes	68
4.3 O <i>corpus</i>	69
4.4 Grupos de fatores	71
4.4.1 Fatores lingüísticos	72
4.4.1.1 Variáveis dependentes	72
4.4.1.2 Variáveis independentes	72
4.5 Considerações finais	73

CAPÍTULO V

A ordem do sujeito no PB de Florianópolis: sua (in)variabilidade

5.0 Introdução	75
5.1 Descrição e análise dos resultados	75
5.1.1 O tipo de verbo	76
5.1.2 Faixa etária / escolaridade	80
5.1.3 Forma de realização do sujeito	81
5.2 Comparando resultados	82
5.3 Considerações finais	85

CAPÍTULO VI

O sujeito no PB de Florianópolis: da nulidade ao preenchimento

6.0 Introdução	87
6.1 Descrição e análise dos resultados	87
6.1.1 Estrutura sintática da oração	88
6.1.2 Tipo de texto	90
6.1.3 Animacidade	91
6.1.4 Faixa etária / escolaridade	92
6.1.5 Tipo de verbo	93
6.1.6 Pessoa do discurso	94
6.2 Comparando resultados	97
6.3 Considerações finais	99

CONCLUSÃO	101
------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
-----------------------------------	-----

ANEXO	109
--------------	-----

Índice de gráficos e tabelas

GRÁFICO

Gráfico 5.1. : Percentual de uso de ordem V DP segundo o grupo de fatores faixa etária.....	84
--	----

TABELAS

Tabela 5.1.: Frequência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o grupo de fatores tipo de verbo.....	79
Tabela 5.2.: Frequência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o Grupo de fatores faixa etária / escolaridade.....	80
Tabela 5.3.: Frequência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o Grupo de fatores forma de realização do sujeito.....	81
Tabela 5.4.: Frequência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o Grupo de fatores transitividade do verbo nos três <i>corpora</i> (cf. Tabela 05, de Berlinck, 1989, p. 102).....	83
Tabela 5.5.: Frequência de ordem V DP segundo o grupo de fatores faixa etária (cf. Coelho, 2000).....	84
Tabela 5.6.: Frequência e probabilidade da ordem V DP segundo o grupo de fatores forma De realização do DP (cf. Coelho, 2000).....	85
Tabela 6.1: Frequência e probabilidade de sujeitos nulos segundo o grupo de fatores estrutura sintática da oração.....	88

Tabela 6.2.: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito nulo segundo o Grupo de fatores tipo de texto.....	90
Tabela 6.3.: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito nulo segundo o Grupo de fatores animacidade.....	91
Tabela 6.4.: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito nulo segundo o Grupo de fatores faixa etária / escolaridade.....	92
Tabela 6.5.: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito nulo segundo o Grupo de fatores tipo de verbo.....	93
Tabela 6.6.: Forma de realização do sujeito, segundo a pessoa do discurso.....	94
Tabela 6.7.: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito nulo segundo O grupo de fatores pessoa do discurso.....	95
Tabela 6.8.: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito nulo segundo o Grupo de fatores faixa etária (adaptada da tabela 3.8, de Duarte, 1985:80).....	98

Introdução

0.1 Objetivos gerais

Esta pesquisa busca o estudo de dois fenômenos referentes ao sujeito no Português Brasileiro (doravante PB): a ordem e o preenchimento. Através de dados obtidos a partir de entrevistas e textos escritos fornecidos por 12 informantes de Florianópolis com idade entre 10 e 17 anos, procurei investigar quais fatores podem influenciar a “quebra” de alguns padrões no PB como a variação da ordem sintagma nominal-verbo / verbo sintagma nominal (doravante DP V / V DP¹) e a utilização de sujeitos nulos.

Após a análise dos dados, será feita uma comparação com resultados obtidos em pesquisas realizadas por outros autores com informantes adultos para então se poder verificar se há indícios de um processo de mudança no que tange à ordem e ao preenchimento do sujeito no PB.

0.2 Delimitação do objeto de estudo

São evidentes as mudanças pelas quais o PB vem passando em relação ao que está prescrito na gramática tradicional e, dentre as transformações que se tornam cada vez mais notórias, estão a ordem basicamente fixa e o preenchimento do sujeito.

Estudos relacionados ao sujeito cada vez mais têm mostrado que as probabilidades de se encontrar a ordem V DP em orações bem como o chamado sujeito nulo, estão diminuindo consideravelmente. Assim sendo, fica claro que pesquisar a respeito do sujeito vai muito mais além do que elencar conceitos gramaticais que, mesmo ineficazmente,

¹ Optei por utilizar a categoria **DP** (do inglês, *Determiner Phrase*) ao me referir a sintagma nominal ao invés de SN porque um DP tanto pode ser referencial como não-referencial, enquanto que um SN (ou **NP** (*Noun Phrase*) é não-referencial.

visam apenas a identificá-lo nas orações. Questões envolvendo a ordem do sujeito, se pré ou pós-verbal, vêm sendo abordadas com o intuito de se estabelecer em que contextos a ordem não-canônica (V DP) ainda resiste no PB uma vez que, segundo atestam os resultados de pesquisas, a tendência é manter-se a ordem DP V.

Pontes (1986), após analisar o fenômeno da ordem no PB, constata a relação existente entre os verbos de ligação e intransitivos e a ordem do sujeito, afirmando que tais verbos admitem sujeitos pospostos mais que outros tipos de verbo. Além disso, para ela, o sujeito guarda consigo a “informação nova”, quando está posposto. Apesar de a autora compartilhar com Perlmutter (1976) a afirmação de que há verbos que favorecem a ordem V DP, ela discorda dele quando o autor afirma que o DP posposto nas sentenças passivas se comporta como o DP posposto nas ativas porque, segundo Pontes, o sintagma nominal (SN) objeto das ativas passa a ser o sujeito da passiva.

Além de Pontes, Berlinck (1989) realiza alguns estudos sobre a ordem do sujeito, nos quais também constata a diminuição da frequência de sujeitos pospostos. A exemplo de Pontes, ela estabelece uma relação entre a ordem do sujeito e seu *status informacional*. A autora esclarece que, ao se utilizar a ordem V DP, deve-se ter em mente o possível grau de ambigüidade que pode ser gerado na sentença, do que se conclui que quanto maior for o número de argumentos do verbo, menor será a possibilidade de ordem V DP. Essa ambigüidade pode resultar da troca de posições na sentença, entre sujeito e objeto, ou seja, ao se utilizar um sujeito posposto a um verbo biargumental, o argumento externo que se apresenta após o verbo pode ser facilmente confundido com o argumento interno que, nesse caso, aparece no início da sentença, como ilustra o exemplo:

(1) O homem matou o leão.

Nesse caso, se admitíssemos a possibilidade da ordem V DP, esta sentença se tornaria ambígua na medida em que o sujeito poderia ser tanto *o homem* (DP V) quanto *o leão* (V DP). Assim, a possibilidade de se admitir que haja ordem V DP em sentenças tipo (1), com verbo biargumental, torna-se limitada, haja vista a ambigüidade que poderá suscitar.

Incorporando os estudos recentes sobre ordem que são utilizados como ponto de partida para minha pesquisa, está Coelho (2000). Para ela, existe uma restrição sintático-

semântica com base na natureza do verbo e na relação deste com seu argumento interno capaz de estabelecer a ordem V DP. Assim, a autora conclui que somente verbos inacusativos permitem a ordem V DP, estabelecendo, portanto, uma relação entre a ordem e a inacusatividade no PB.

No que diz respeito ao preenchimento do sujeito, estudos têm mostrado que a possibilidade de se encontrarem orações com sujeito nulo tanto na fala quanto na escrita vem diminuindo. O PB, que integra o grupo das línguas que têm como um dos parâmetros o chamado “parâmetro do sujeito nulo”, vem apresentando cada vez mais sentenças com sujeito preenchido, o que tem levado pesquisadores a afirmar que o parâmetro do sujeito nulo em português está em queda.

A partir dos estudos sobre o modelo de Princípios e Parâmetros (1981), o português, assim como o italiano, passou a ser classificado como uma língua que se encaixa no parâmetro *pro-drop*, isto é, como uma língua que admite a omissão do sujeito. Alguns autores passaram então a notar que, embora a possibilidade de apresentar orações com sujeito nulo pudesse estar relacionada à riqueza do paradigma verbal, este não poderia ser o único critério para a classificação de uma língua como *pro* ou não *pro-drop*. Passou-se, então, a perceber que a possibilidade de inversão do sujeito seria um dos fatores que determinaria o parâmetro *pro-drop* de uma língua.

Já Duarte (1995) acredita que o PB se encontre num período de transição de uma língua *pro-drop* para não *pro-drop* e estabelece uma relação entre a gradual perda do parâmetro *pro-drop* e o enfraquecimento da flexão verbal no português brasileiro.

Além disso, em recente artigo, Duarte (2002) aborda situações em que muitas vezes se tornam difíceis a identificação e a classificação do sujeito: as construções existenciais. Após a análise de alguns casos, a autora faz observações quanto ao uso dos verbos *ter*, *haver* e *ver*. Segundo ela, a crescente substituição do verbo *haver* pelo verbo *ter* deve-se à necessidade de preenchimento de sujeito e conseqüente manutenção da ordem DP V.

Com base nesses trabalhos, o fato de que o sujeito no PB vem sofrendo mudanças com relação à ordem e ao preenchimento se evidencia. Uma ordem que se apresentava alternadamente como DP V / V DP, atualmente mostra-se mais tendenciosa à primeira forma. Do mesmo modo, gramáticas tradicionais recomendavam que se evitasse a repetição de pronomes e se utilizassem mais orações com sujeitos nulos que preenchidos.

Atualmente, no entanto, observa-se o contrário: sujeitos cada vez mais preenchidos “invadem” a fala e a escrita no PB.

Vale ressaltar, no entanto, que os resultados obtidos nas pesquisas realizadas até o momento se referem, em sua totalidade, a informantes adultos – tanto da região de Florianópolis, quanto de outras regiões - , o que acaba por aguçar a curiosidade no sentido de se investigar se, com crianças e adolescentes, os resultados seriam os mesmos. O *corpus* que obtive em minha pesquisa baseia-se em dados que provêm de informantes com idade de 10, 14 e 17 anos e os resultados que serão obtidos a partir dessa análise servirão de embasamento para a constatação de uma possível mudança em tempo aparente, ou não.

0.3 Principais hipóteses

0.3.0 Hipótese Geral

Como a possibilidade de inversão é um dos fatores que determinam o parâmetro *pro-drop* de uma língua, espera-se poder comprovar que há uma relação entre o baixo percentual de ocorrência de sujeito posposto e a sua nulidade cada vez menor. Tal hipótese se baseia em estudos recentes que mostram a diminuição no uso da ordem V DP a partir do século XVIII, no PB principalmente, ao mesmo tempo em que há uma crescente queda do sujeito nulo e aumento na frequência de objetos nulos (Berlinck 1988,1989; Torres Moraes (1993) e Ribeiro (1995) *Apud* Coelho, 2000)).

0.3.1 Quanto à ordem

1) Já que a variação da ordem DP V / V DP está relacionada ao tipo de verbo, como outros trabalhos apontam, nossa expectativa é de que os verbos inacusativos e intransitivos sejam uns dos únicos ambientes favorecedores da ordem V DP nos dados de crianças e adolescentes;

2) O grupo de fatores idade deve servir para comprovar que informantes mais jovens têm maior tendência a utilizar a ordem canônica DP V, como já constataram, com informantes adultos, os trabalhos de Berlinck (1997) e Coelho (2000);

3) Com relação à forma de realização do sujeito, acredita-se que os sintagmas plenos estarão mais pospostos que os pronomes, pelos critérios relacionados à referencialidade e ao tamanho do DP.

0.3.2 Quanto ao preenchimento

1) Espera-se que se confirmem os resultados obtidos a partir de informantes adultos nos estudos já realizados: o sujeito preenchido será cada vez mais freqüente, tanto na fala quanto na escrita;

2) Acredita-se que, além da fala, a escrita apresente também um percentual considerável de sujeitos preenchidos. Este fato, se comprovado, pode indicar a intensidade com que a mudança está se implementando na sociedade;

3) Assim como já foi constatado nas pesquisas de Duarte (1995), com a redução do paradigma verbal no PB com base na substituição de “tu” por “você” e de “nós” por “a gente”, torna-se cada vez mais necessário o preenchimento do sujeito, para evitar ambigüidade;

4) Nossa expectativa é de que deve haver uma mudança paramétrica em progresso nos dados de crianças e adolescentes no que se refere ao “Princípio Evite Pronome”. Isto não impede, no entanto, que sujeitos nulos ainda façam parte de algumas sentenças no PB e que sejam aceitos da mesma forma que sujeitos preenchidos, o que leva a dizer que o PB se encontra realmente, como afirma Duarte, numa fase de transição entre uma língua *pro-drop* e não *pro-drop*.

0.4 Apresentação

Meu trabalho é constituído de seis capítulos. No Capítulo I, realizo uma retrospectiva dos conceitos de sujeito formulados pelos gramáticos num período de 168 anos. Fica clara a dificuldade de se encontrar uma definição precisa de sujeito através da repetição e vagueza das definições apresentadas. Conclui-se, assim, que definir sujeito é uma tarefa que, além de exaustiva, é extremamente complexa e, portanto, necessita de uma análise bem mais aprofundada que a mera adoção de um critério semântico, por exemplo.

Procurando aprofundar o estudo do sujeito em busca de conceitos que viabilizem sua identificação e entendimento, elaborei o Capítulo II, intitulado *Outras faces do sujeito*. Nesse capítulo, busco apresentar questões referentes à ordem pré ou pós-verbal do sujeito, passando também pela questão do parâmetro do sujeito nulo e, finalmente, apresentando observações feitas por Duarte (2002) acerca do sujeito expletivo ou existencial. Fica evidente, aí, a necessidade de se encarar o sujeito antes de mais nada como uma posição na sentença e não somente adotando o critério semântico como muitos gramáticos tradicionais faziam.

O embasamento teórico, fundamentado no casamento entre as teorias da Gramática Gerativa e do Modelo Sociolinguístico resultando na Linguística Paramétrica, é apresentado no Capítulo III. Além disso, mostro, neste capítulo, alguns resultados referentes à ordem e ao preenchimento do sujeito no PB obtidos em pesquisas realizadas, por Kato (1996), Kato e Tarallo (1992) e Duarte (1995), que servirão de base para as comparações que farei com os meus resultados.

O Capítulo IV mostra, além da caracterização dos informantes, os procedimentos metodológicos seguidos para a análise da ordem e do preenchimento do sujeito no PB, a partir de dados fornecidos por informantes de Florianópolis, com idade de 10, 14 e 17 anos.

Finalmente, nos Capítulos V e VI, são descritos e analisados os resultados obtidos com base nos grupos de fatores mais significativos selecionados pelo programa VARBRUL. A partir dessa descrição e análise é feita, então, sempre que possível, a comparação com os resultados obtidos em outros estudos a fim de se verificar, em termos

de ordem e preenchimento, qual é o estatuto do sujeito no PB utilizado pelas crianças e adolescentes florianopolitanos.

Capítulo I

O sujeito: suas múltiplas faces

1.0 Introdução

Este capítulo é o resultado da análise de vários conceitos de sujeito apresentados por estudiosos no período que compreende 1830 e 1998. O que se pode observar é uma dificuldade bastante evidente em se estabelecer um conceito que abranja o sujeito em “suas múltiplas faces”. As definições apresentadas são muito semelhantes; no entanto, fica clara, por parte de alguns autores, a preocupação em esclarecer outros pontos que permanecem obscuros sempre que se investigam e questionam determinados conceitos.

A investigação em torno do sujeito, pela complexidade que a envolve, tem chamado a atenção de muitos lingüistas que, por essa razão, buscam aprofundar seus estudos sobre esse tema. Tais estudos já costumam revelar sua profundidade a partir da tentativa de conceituar e estabelecer a tipologia do sujeito, motivo pelo qual optei por fazer, neste capítulo, o levantamento de alguns conceitos a fim de compará-los ao longo do tempo.¹

Segundo Mattos e Silva (1989), a gramática a que chamamos tradicional é contraditória na medida em que estabelece regras de uma determinada língua para serem seguidas por indivíduos que já conhecem essa língua. Além disso, a autora critica as gramáticas quando afirma que elas são formuladas com base na escrita de grandes autores e na escolha de uma variante como sendo “a melhor”. Assim, a língua descrita nas gramáticas passa a ser mais um recurso de discriminação utilizado pelas classes dominantes contra os menos favorecidos, pois acaba reforçando o “dialeto da elite”.

Apesar dessa visão da autora quanto ao fato de a Gramática Tradicional ser um instrumento que favorece a discriminação social, é importante que se considerem as

¹ Questões relacionadas à posição do sujeito e ao seu preenchimento serão temas dos quais tratarei nos capítulos seguintes.

normas apresentadas pelos gramáticos como ponto de partida na análise de uma possível mudança no PB, capaz de eliminar certos estigmas criados pela sociedade no que se refere à língua. Frente a isso, dei início a meu trabalho, investigando qual é a visão dos gramáticos tradicionais em relação ao sujeito.

1.1 Conceituando sujeito

Ao dar início à pesquisa, recorri, em primeiro lugar, ao Dicionário Aurélio (1988) segundo o qual, *sujeito é o termo da oração a respeito do qual se enuncia alguma coisa*. A partir daí, procedi a uma pesquisa que buscava investigar, de que forma o sujeito tem sido conceituado ao longo do tempo considerando, de um lado, a visão da gramática tradicional e, do outro, a visão de alguns lingüistas.

1.1.1 A visão da gramática tradicional

Barboza (1830) relaciona a noção de sujeito ao traço de determinação que, segundo ele, deve apresentar

“todo sujeito de qualquer oração deve ter huma idea determinada; pois que he a couza de que se fala, e por isso se deve representar como per si subsistente. Não póde por tanto ser senão ou hum nome substantivo, ou hum pronome, ou qualquer outra parte da oração, mas substantivada por alguns dos artigos geraes.” (414)²

Assim, segundo o conceito que apresenta, com base num critério semântico, são condições para constituir o sujeito de uma oração a “idéia de determinação e subsistência”, uma vez que sujeito *é a coisa de que se fala*, o que na verdade define

² Conforme PERINI (1986), essa definição não corresponde a sujeito, mas sim ao que se chama de tópico.

tópico. Como é possível perceber, a definição de sujeito apresentada geraria algumas dificuldades para quem, com base nela, procurasse identificar o sujeito de uma oração.

Primeiramente, parece bastante complicado saber-se o que é uma “idéia determinada” que ao mesmo tempo “é uma coisa de que se fala”. Ora, o que se poderia pensar de orações como as apresentadas a seguir?

(1) a. **Isto** é seu?

b. **A indecisão do candidato** o prejudicou na hora de responder à questão.

O pronome demonstrativo em (1a) não contém exatamente uma idéia de determinação e subsistência, uma vez que, por ser um pronome substantivo, está substituindo um determinado termo. da mesma forma, o sujeito destacado em (1b) não revela determinação e muito menos pode ser considerado uma “coisa”. Além do mais, seria compreensível o raciocínio de alguém que, por exemplo, tomasse como sujeito “questão”, baseado no fato de que o “sujeito é a coisa de que se fala”. No entanto, apesar de se falar, na sentença, também sobre “questão”, essa palavra não poderia estar se referindo a uma coisa e, portanto, da mesma forma que “indecisão”, não seria sujeito. Sendo assim, poder-se-ia chegar à conclusão de que em (1b) não há sujeito.

Assim sendo, a definição apresentada por Barboza, apesar de revelar a importância quanto aos traços semânticos de substantivo que o termo deve ter, não é abrangente de forma a conceituar sujeito de maneira clara e eficaz, dando margem, portanto, a muitas dúvidas que com certeza surgiriam no momento de identificar o sujeito de uma dada oração.

Quase um século mais tarde, Pereira (1946) apresenta uma definição geral de sujeito que não difere muito daquela apresentada em 1830, em que diz: *sujeito é o membro da proposição do qual se declara alguma coisa* (na verdade, ele também está definindo *tópico*) Para ele, há diferentes tipos de sujeito que podem ser agrupados de quatro maneiras: expresso ou oculto e determinado ou indeterminado; caso o sujeito não seja indeterminado, ele poderá ser, ainda, complexo ou incomplexo e gramatical ou lógico/total.

Segundo ele, um sujeito exposto é aquele que está presente na oração, enquanto que o sujeito oculto não é enunciado, embora seja facilmente subentendido. O autor considera ainda que a determinação do sujeito não impede que ele esteja oculto porque, mesmo quando o sujeito não é exposto, ele pode ser identificável. Tal fato não acontece quando o sujeito é indeterminado pois, nesse caso, além de não ser enunciado, ele também não é conhecido porque a oração apresenta verbo impessoal ³, como no exemplo:

(2) Chove a cântaros.⁴

Quando se trata de sujeito determinado, pode-se fazer a distinção entre sujeito simples ou composto e esta será relacionada ao *número de seres* ou *espécies de seres* a que ele se refere. Dessa forma, se o sujeito representar um único ser ou seres da mesma espécie – através de um nome ou pronome no plural -, teremos um sujeito do tipo simples (3 a). Se, por outro lado, a representação for através de nomes ou pronomes coordenados entre si e se referir a espécies de seres diferentes, o sujeito será composto (3 b):

(3) a. Todos **nós** somos mortais.

b. **A fé, esperança e caridade** são grandes virtudes.

Novamente, podemos perceber que o autor não deixa claro o que ele considera um ser.⁵ Em (3 a), provavelmente não haveria problema algum mas, em (3b), apesar de estarem coordenados entre si, ficaria muito difícil considerar “fé, esperança e caridade” como “seres da mesma espécie”.

³ Note-se que, aqui, não está sendo utilizado o termo *indeterminado* como atualmente é utilizado pelos gramáticos com base na flexão verbal (*Precisa-se de funcionários.* ou *Perguntaram por você.*), mas sim de acordo com a impossibilidade de se determinar ou de se encontrar um sujeito para a oração, já que nesse caso ele é inexistente.

⁴ Todos os exemplos apresentados, referentes a Pereira, são do autor.

⁵ Ser. S.m. O que existe ou supomos existir; ente. Todo ente vivo e animado. Homem, indivíduo, pessoa, criatura. Aquilo que é real. (Dicionário Aurélio).

O autor prossegue sua análise dizendo que se considera complexo o sujeito que se apresentar modificado por complemento ou atributo (4a) e incomplexo aquele que estiver sem qualquer modificação complementar (4b):

(4) a. **A memória dos justos** é eterna.

b. **Tudo** caminha.

Ainda, segundo Pereira, o sujeito pode ser gramatical ou lógico, também chamado total. Em orações cujo sujeito não apresenta nenhum modificativo complementar, teríamos um sujeito do tipo gramatical (5a); mas, se por ventura ele abranger modificativos complementares, o sujeito será do tipo lógico ou total (5b):

(5) a. **O rugido** apavora o viajante do deserto.

b. **O rugido do leão** apavora o viajante do deserto.

Por fim, o autor observa que, quando não há modificativo do sujeito, haverá coincidência entre o sujeito gramatical e o total, como no exemplo a seguir:

(6) É morta **Inês**.

Said Ali (1969), assim como os lingüistas anteriores a ele, associa a idéia de sujeito a um “ser” adotando, como os autores já apresentados, também o critério semântico:

Sujeito denota o ser a propósito do qual se declara alguma coisa. É expresso por um nome ou pronome.

Novamente o conceito de “ser” não parece contribuir muito para o entendimento da definição apresentada, pois nem sempre o sujeito é um “ser” (7a). O fato de o autor esclarecer que ele é expresso por um nome ou pronome também em nada contribui, uma vez que podemos ter orações como

- (7) a. **A corrida** foi emocionante.
- b. **Maria** viu João no cinema.
- c. **Minha amiga** contou a ela tudo o que sabia sobre o acontecido.
- d. Estava claro **que ela não viria à reunião**.

Em situações como essas, em que o sujeito não é o que poderíamos chamar de “ser” (7a), em que há nomes como “Maria” e “João” que representam seres (7b), em que além de “minha” há um pronome (ela), que é objeto da oração (7c) e em que o sujeito corresponde a uma oração subordinada (7d), seria impossível identificar o sujeito com base na definição de Said Ali.

Um fato curioso é observado quando o autor explica que sujeito indefinido é aquele *que indica ente humano que não podemos ou não queremos especificar*, acrescentando que o verbo aparece *na 3ª pessoa do plural, na forma reflexiva ou usa-se o verbo na forma ativa, dando-lhe por sujeito um pronome indefinido*. Assim, o autor apresenta como indefinidos os sujeitos nas seguintes orações:

- (8) a. Assassinaram o ministro.
- b. Morre-se de frio.
- c. Aluga(m)-se cadeiras.
- d. Alguém está batendo.
- e. Desistiu-se da empresa.

Desse modo, além de se referir ao *se* como pronome reflexivo (apesar de não ocorrer voz verbal reflexiva nesse caso) ao invés de índice de indeterminação do sujeito, não há nenhuma restrição quanto à transitividade do verbo, o que poderia nos fazer considerar o “se” como partícula apassivadora e, conseqüentemente, “cadeiras” como sujeito simples em (8c), conforme considerado pela gramática tradicional.⁶ Considerando-se (8d), em que o pronome indefinido aparece como recurso utilizado para se indeterminar o sujeito,

⁶ Há estudos que considerariam indeterminado o sujeito em (8c), como o de Marco Antônio Martins (2003) e Jairo Nunes (1990, 1995), uma vez que mesmo que se pudesse dizer “cadeiras são alugadas”, o sujeito (quem aluga as cadeiras) não poderia ser identificado, apesar de existir. Essa parece uma análise bastante coerente, uma vez que *cadeiras* não poderia ser sujeito de uma oração com o verbo *alugar* “**Cadeiras se alugam*”. Na verdade, a intenção aqui seria a de dizer “*Alguém* (não se sabe quem) *aluga cadeiras*” em que *cadeiras* seria o argumento interno e não externo do verbo *alugar*.

percebe-se que neste caso, para o autor, a indeterminação do sujeito se dá mais por questões semânticas que sintáticas, pois a partir do momento em que há um sujeito exposto e com um núcleo na oração, seria considerado sujeito simples. A indefinidade se dá, portanto, com base na carga semântica do pronome utilizado e não na possibilidade de se determinar qual é o sujeito da oração.

Bechara (1974) parece manter a mesma linha de pensamento apresentada por seus predecessores ao definir sujeito com base num critério semântico, fazendo também menção à “pessoa ou coisa” ao estabelecer que *sujeito é o termo da oração que denota a pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação, estado ou qualidade* (p.199). O autor, assim como vários outros, associa sujeito a coisa ou ser, esquecendo-se, portanto, dos substantivos abstratos, palavras substantivadas e orações que muitas vezes exercem a função de sujeito, sem que necessariamente se refiram a coisas ou seres:

- (9) a. **A** **pressa** é inimiga da perfeição.
- b. **O olhar dela** me fascinou.
- c. É necessário **que prestes atenção**.

Bechara parece simplificar a classificação de sujeito proposta por Pereira (1946), apresentando como tipos de sujeito o *indeterminado*, *simples* e *composto*. O primeiro é o que não é nomeado por não se querer ou não se poder fazê-lo. Acontece nas orações em que o verbo estiver na 3ª pessoa do plural, sem referência à pessoa do discurso, ou nas orações em que o verbo estiver conjugado na 3ª pessoa do singular acrescido da partícula *se*,” podendo ser equivalente a outra oração que possa ter como sujeito *alguém*, *a gente* ou alguma expressão sinônima” (p. 200), como acontece em (10). O sujeito será *simples*, segundo o autor, sempre que for constituído de um só núcleo (11) e *composto* quando apresentar mais de um núcleo, ligados por conjunção (12).

- (10) a. *Dizem* que eles vão bem.
- b. *Estão* chamando o vizinho.
- c. *Vive-se* bem aqui.
- d. *Precisa-se* de bons empregados.

(11) **Pedro** saiu.

(12) **Pedro e Paulo** saíram.

Foi interessante observar que, a exemplo de Said Ali (1969), no caso do sujeito indeterminado proveniente de verbos na 3ª pessoa do singular mais a partícula *se* como índice de indeterminação do sujeito, o autor não faz nenhuma ressalva quanto à transitividade do verbo utilizado, incluindo em sua classificação verbos como *vender*, *comprar* e *aceitar*, por exemplo. Nestes casos, apesar de não serem assim considerados por Bechara, o que poderia parecer sujeito indeterminado, na verdade, seria classificado como sujeito simples, de acordo com a gramática tradicional

(13) a. Vende-se **esta casa**.

b. Compra-se **ouro**.

c. Aceita-se **aterro**.

Dando continuidade à sua análise, Bechara observa que há casos em que o sujeito não está expresso na oração, ocorrendo, então, uma elipse (nome que se dá à omissão de elemento lingüístico). Nesses casos, diz-se que o sujeito é *oculto* ou *elítico*:

(14) Trabalhamos.

No exemplo, o sujeito que se encontra implícito é indicado pelo morfema *-mos*, desinência que equivale à 1ª pessoa do plural, correspondente a “nós”.

Além das orações que apresentam os tipos de sujeito que até agora relacionei, Bechara faz menção também às *orações sem sujeito*, que apresentam apenas o predicado. Nestes casos, a declaração feita não é atribuída a nenhum sujeito:

(15) a. Chove.

b. Faz calor.

c. Há bons livros na sua biblioteca.

Nos exemplos dados pelo autor e apresentados em (15), constata-se a presença de verbos chamados impessoais que estão representados, principalmente, por verbos que denotam fenômenos da natureza (*chover, trovejar, relampejar, fazer frio, fazer calor*, entre outros), *haver* (=existir) e *ser*, na indicação de tempo. Bechara chama a atenção para o fato de que, na linguagem coloquial, muitas vezes o verbo *ter* é utilizado no lugar de *haver*, sendo impessoal nesses casos;

(16) Tem bons livros na biblioteca.

De construções como a apresentada no exemplo acima, segundo o autor, é que se originaram sentenças como;

(17) a. A biblioteca tem bons livros.

b. Na Rua Toneleiros tem um bosque, que se chama, que se chama solidão”

(Manuel Bandeira, *Poesia e Prosa*, II, 419).⁷

O autor adverte, no entanto, que, segundo a Gramática Normativa, o uso do verbo *ter* existencial deve ser evitado, uma vez que a norma padrão pede o uso do verbo *haver*, nesses casos.

Dando continuidade ao levantamento em torno dos conceitos atribuídos ao sujeito pelos gramáticos no período de 1830 a 1998, avancei dez anos e encontrei, em Cegalla (1984), um conceito que, a exemplo de Said Ali e Bechara, também tem como base o critério semântico: *Sujeito é o ser de quem se diz alguma coisa. É constituído por substantivo ou pronome, ou uma palavra ou expressão substantivada* (p. 273). Para ilustrar sua definição, Cegalla dá como exemplos:

(18) a. **O sino** é a boca da saudade.

b. **Ela** tem uma educação fina.

c. **Isto** não me agrada.

d. **Morrer pela pátria** é glorioso.

⁷ A discussão sobre esse tipo de sujeito será retomada no Capítulo II, a partir das observações feitas por Duarte (2002).

e. Ouvia-se o **matraquear das máquinas de escrever**. (Érico Veríssimo)

O problema na definição de sujeito formulada por Cegalla ⁸se repete em relação aos demais conceitos que já apresentei, pois parece haver uma contradição entre o que ele diz ser um sujeito e alguns dos exemplos mostrados em (18c), (18d) e (18e). No primeiro caso, o sujeito expresso pelo pronome demonstrativo *isto* pode não estar se referindo a um ser propriamente dito, mas a uma atitude ou até mesmo algum sentimento; em (18d), *morrer pela pátria* também não constitui um ser e, portanto, não poderia ser apresentado como sujeito da oração (mesmo que seja uma “expressão substantivada”) e muito menos *o matraquear das máquinas de escrever* poderia ser considerado “o ser de quem se diz alguma coisa”. Assim, estaríamos de volta ao ponto de partida, pois a definição apresentada só poderia se aplicar a determinados casos.

Assim como outros gramáticos, Cegalla também propõe uma classificação para os sujeitos em quatro grupos: *sujeito simples* ou *composto*; *expresso* ou *oculto*; *agente*, *paciente* ou *agente e paciente*; e *indeterminado*.

Segundo o autor, o sujeito simples é caracterizado pela existência de um núcleo apenas, como em “As rosas têm espinhos” enquanto que o sujeito será composto quando apresentar mais de um núcleo, e.g., “O burro e o cavalo nadavam ao lado da canoa”. Cegalla faz uma observação quanto à tendência ao preenchimento do sujeito no PB quando explica que a maioria das orações apresentará um sujeito expresso como em “Eu viajarei amanhã”, mas há outras em que terá que ser deduzido a partir do contexto; estas terão um sujeito do tipo oculto ou elíptico, assim como em “Viajarei amanhã”.

Quanto à postura do sujeito em relação à ação verbal, ele poderá ser *agente*, se fizer a ação expressa pelo verbo na voz ativa: “O *Nilo* fertiliza o Egito”; *paciente*, se sofrer ou receber os efeitos da ação expressa pelo verbo passivo: “O *criminoso* é atormentado pelo remorso”; ou *agente e paciente* quando faz a ação expressa por um verbo reflexivo: “*Regina* trancou-se no quarto.”

De acordo com Cegalla, quando não se indica o agente da ação verbal, o sujeito é indeterminado e, para assinalar a indeterminação do sujeito, existem três recursos: (i) uso do verbo na 3ª pessoa do plural, sem nenhuma referência a qualquer agente já

⁸ Faraco e Moura (1987), Paschoalin & Spadoto (1996) e Nicola (1998) apresentam a mesma definição de sujeito formulada por Cegalla (1984) e adotam, portanto, também o critério semântico.

expresso; (ii) verbo ativo na 3ª pessoa do singular acompanhando o pronome *se*; ou (iii) deixando-se o verbo no infinitivo impessoal, como acontece, respectivamente, em:

- (19) a. *Bateram* palmas no portãozinho da frente.
- b. Devagar se *vai* ao longe.
- c. É triste *assistir* a estas cenas repulsivas.

Entretanto, Cegalla considera apenas orações em que o verbo expressa uma ação, não mencionando casos como “*Era-se* muito feliz, naquele tempo” em que temos um sujeito indeterminado apesar de não haver nenhuma ação, nenhum verbo ativo e, como conseqüência, nenhum agente.

Por último, Cegalla trata das *orações sem sujeito* que, segundo ele, enunciam um determinado fato através unicamente do predicado não atribuindo, portanto, o conteúdo verbal a nenhum ser, sendo construídas com verbos impessoais como ocorre em:

- (20) a. *Há* plantas venenosas.
- b. *Choveu* durante o jogo.
- c. *Fazia* um frio imenso.

Até aqui, o que fica bastante evidente é que, embora as tentativas de definir sujeito entre 1830 e 1998 tenham sido em grande número, os conceitos pouco evoluíram durante esse tempo no sentido de se tornarem, na prática, mais precisos e eficazes.

Através da análise das definições apresentadas pelos vários gramáticos consultados, percebe-se que a tentativa de definir sujeito se transforma em uma árdua tarefa. Os autores foram unânimes ao utilizarem, para sujeito, uma definição semântica, uma vez que buscaram, em primeiro lugar, dizer que sujeito é um ser, o que pode ser amplamente contestado. Além disso, não há preocupação em se esclarecerem totalmente as observações feitas acerca de sujeito, o que dá margem a possíveis dúvidas que, na prática, podem surgir.

Há gramáticos, também, que se referem a sujeito como o termo sobre o qual se faz alguma declaração e, assim, dão margem para que o leitor confunda sujeito com

outros termos da oração, como por exemplo, os complementos verbais uma vez que em uma oração também se faz “declaração” sobre eles.

1.1.2 A visão não-tradicional

Com base na dificuldade de se encontrar uma definição que realmente abranja totalmente o termo sujeito, Macambira (1987) fez uma análise um pouco mais aprofundada, tentando defini-lo a partir dos critérios semântico, sintático e mórfico.

Adotando o critério semântico, o autor diz que sujeito *é o termo sobre o qual se afirma alguma coisa,*”⁹ como ocorre em *João prometeu a Maria um relógio*. Macambira, no entanto, faz uma ressalva quanto a autores que afirmam que *sujeito é o agente, quem pratica a ação expressa pelo verbo* (p. 167) pois, em *O enteado apanhava da madrasta*, o sujeito *enteado* não é agente e não pratica nenhuma ação.

Considerando o aspecto sintático, o autor propõe uma série de “testes” para que o sujeito seja identificado na oração:

- 1) *Prova do vínculo*: o sujeito é o termo da oração que se liga ao predicado por um vínculo formal, segundo o qual “o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa”. Nesse caso, quando o verbo está na 1ª e 2ª pessoa do singular ou do plural, o sujeito não será EU, nem TU, NÓS nem VÓS: ocorre quando o relativo QUE o substitui e passa a ser o sujeito, como acontece em *Eu, que sabia de tudo, me calei*.
- 2) *Prova da substituição*: O termo não preposicionado, substituído por *ele / ela, eles / elas*, é o sujeito. Se, por acaso, o sujeito for do gênero neutro, substitui-se por *isto*.

- (21) a. **O negociista** enganou o viajante = **Ele** enganou o viajante.
b. É fácil **nadar**? = **Isto** é fácil?

⁹ Conforme nota anterior e, segundo PERINI (1986), essa definição não corresponde a sujeito, mas sim ao que se chama de *tópico*.

3) *Prova da pergunta*: Pergunta-se “*Quem ou O que + verbo?*”. A resposta indicará o sujeito da oração.

(22) O guarda rebocou o automóvel.

- *Quem rebocou* o automóvel?

- **O guarda**. (então *o guarda* é o sujeito)

4) *Prova da posição*: Apesar de haver vários casos em que a posição não é a canônica, o sujeito normalmente se antepõe ao verbo.

(23) **Judas** traiu Jesus Cristo.

5) *Prova da apassivação*: só pode ser aplicada a orações em que haja objeto direto. O sujeito será convertido em agente da passiva.

(24) a. Fleming descobriu a penicilina.

b. A penicilina foi descoberta por **Fleming**.

O autor, no entanto, alerta para o fato de que, em muitos casos, há necessidade de se aplicar todas as provas, para que se reduza a margem de possíveis enganos pois, segundo ele, as provas não têm valor absoluto.

Ao considerar o aspecto mórfico do sujeito, Macambira afirma, como a maioria dos autores já analisados, que podem exercer a função de sujeito: substantivo (25 a), palavra substantivada (25b), pronome (25c), infinitivo (25d), oração reduzida infinitiva (25e), oração subordinada substantiva subjetiva (25f).

(25) a. **A palavra** governa o mundo.

b. **O amanhã** traz sempre novidades.

c. **Tudo** passa sobre a terra.

d. **Amar** é sofrer.

e. **Não amar o próximo** é negar a Deus.

f. Ficou combinado **que virias**.

Como se pode verificar, Macambira tem consciência da delicada e árdua tarefa de se definir sujeito. Mesmo após apresentar a definição considerando a semântica, a sintaxe e a morfologia, não consegue chegar a um conceito único, sem que todas as suas observações devam ser levadas em conta; o que faz, então, é aconselhar o leitor para que aplique o maior número possível de testes para que assim reduza a margem de erro.

Macambira (1987) considera *sujeito* uma noção sintática. Ele reconheceu a complexidade que o estudo do sujeito representa ao admitir a existência de uma margem de erro ao se aplicarem os critérios propostos por ele para a identificação de sujeito.

Por fim, Macambira, ao afirmar que, considerando-se o aspecto semântico, “sujeito é o termo sobre o qual se afirma alguma coisa”, acaba por apresentar, de acordo com Perini (1986), a definição de tópico, e não a de sujeito reiterando, assim, o quanto se torna difícil abranger todos os aspectos que envolvem o sujeito das orações.

Um estudo diferenciado sobre sujeito é o que faz Pontes (1986). Ela inicia sua pesquisa a partir de conceitos formulados pelos falantes, passando pelas gramáticas normativas, finalmente chegando ao que os linguistas apresentam como definição de sujeito.

De acordo com Pontes, nove dos dez conceitos de sujeito apresentados por professores têm traço de agente *sujeito é o ser que pratica a ação*. Além desse, segundo os dados obtidos pela autora, a concordância foi outro fator citado e que deve ser considerado na identificação do sujeito juntamente com a questão do tópico que também foi levada em consideração pelos entrevistados. Assim, há quatro traços presentes nas definições de sujeito apresentadas: agente, paciente, concordância e tópico. A autora observou também que os professores mantêm o ensinamento gramatical e não costumam transcender aos conceitos apresentados nos livros didáticos. Por outro lado, Pontes afirma que o que os falantes levam em consideração para identificar o sujeito é resultado de sua experiência como estudantes e como usuários da língua. Soma-se a esses, o fato de que, nas orações dadas como exemplo, o sujeito é humano, agente e anteposto ao verbo de ação. A autora conclui suas observações criticando os conceitos apresentados pelas gramáticas:

A minha experiência como aluna e como estudiosa de gramática é que as pessoas aprendem a reconhecer sujeito, excetuando-se o caso de orações declarativas ativas, mais pelo ensaio e erro do que pela definição, porque a gramática dá uma definição que não é suficiente para o aluno saber reconhecer o sujeito (e outros conceitos gramaticais) sendo exposto aos exemplos e confiando nas autoridades que ensinam (professor e gramática).(p. 127)

Para Pontes, as gramáticas se referem ao sujeito como algo singularmente necessário ao afirmarem, como faz Celso Cunha, que *sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração*. Não haveria problema algum em identificar o sujeito em *João está lindo*; porém, como seria encontrado o sujeito em *Há flores no jardim*? Outro problema seria enfrentado ao se levar em consideração o segundo quesito de uma definição que diz que *cada entidade que tenha aquele conjunto seja um exemplo do conceito* (p. 128). Neste caso, no exemplo *Esse café eu não bebo*, o termo sobre o qual se faz uma declaração (esse café) não é o sujeito da oração. Outro ponto falho observável nessa definição é o emprego de *termo* sem o devido esclarecimento sobre o significado dessa palavra, o que geraria dificuldades quando alguém se deparasse com orações do tipo *Roubaram todo o meu dinheiro*, em que não se encontraria nenhum “termo”. Por último, a autora lembra que *os traços definidores do conceito devem estar encaixados nos subconjuntos do conceito* (p. 129), o que não acontece quando se tem sujeito indeterminado e sujeito oracional.

Continuando a crítica que faz a respeito de alguns gramáticos, Pontes comenta algumas idéias de Celso Cunha ao relacionar sujeito com o processo verbal de atividade, passividade ou atividade e passividade ao mesmo tempo. Segundo ela, *sujeito é um conceito sintático enquanto que agente e paciente são conceitos semânticos, não podendo, portanto, estar relacionados*. Para a autora, há uma confusão entre estado e processo, que também são coisas diferentes, quando o autor tenta esclarecer o que é sujeito: *quando o verbo evoca um estado o sujeito não é agente nem paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve: Pedro estava alegre, Paulo preocupado*(p. 130). Pontes afirma que, nesse exemplo, o sujeito não é agente, nem é paciente, mas sim, a sede do processo verbal, pois é no sujeito que o processo se desenvolve. Para a autora, ainda, não fica claro que tipo de “processo” está se desenvolvendo no exemplo.

Dando continuidade à análise que faz do conceito de sujeito e deixando bastante claro que esta não é uma tarefa fácil, Pontes aponta alguns problemas em relação à visão clássica de sujeito, no que tange aos traços para sua identificação:

- a) *agente*: este traço, que é semântico, não é necessário e nem suficiente para se identificar sujeito, visto que há sujeitos que não são agentes e, no caso da voz passiva, há agentes que não são sujeitos;
- b) *posição*: apesar de existirem os sujeitos pospostos, a ordem direta prevalece e, em se tratando de posição do sujeito, este parece ser o traço mais geral. Mesmo quando se trata de sujeitos pospostos, com verbos ativos, os alunos conseguem reconhecê-los como sujeito;
- c) *tópico*: esse é um traço considerado não-necessário porque nem sempre o tópico de uma oração é igual ao seu sujeito;
- d) *concordância*: a concordância, segundo Pontes, é o traço mais falho, pois há tendência de não se concordar o verbo com o sujeito tanto na língua falada quanto na escrita menos policiada. Ex.: **Tudo** são flores.

Ao pesquisar o conceito de sujeito entre os lingüistas, Pontes afirma ter encontrado uma diversidade de orientações que vão desde definições gramaticais até outras, relacionadas à Lógica e à Psicologia.

Para Epiphanyo Dias (1959) que, segundo a autora, realiza um trabalho de lingüista descritivo,

o SN que vem antes do verbo é o sujeito e o que vem depois é o objeto. A flexão do verbo indica o sujeito, porque o verbo, no português escrito por bons escritores e por pessoas que aprenderam a seguir a regra, deve concordar com o sujeito.(p. 151)

A partir daí, pode-se concluir que, numa atitude um tanto preconceituosa, Dias deixa claro que só é possível identificar sujeito se este for utilizado em orações produzidas por

“bons escritores” ou por “pessoas que aprenderam a seguir a regra”. Como ficariam, então, as outras orações? Seriam sem sujeito?

Segundo Pontes, Dias defende que outra maneira de se identificar sujeito seria através da classe de palavras, uma vez que o sujeito é expresso por substantivo ou equivalente. No entanto, sabe-se que também o objeto pode ser expresso através de um substantivo, o que causaria uma certa confusão.

Pontes também faz referência a Lyons (1977) que defende a posição de que o sistema de regras se justifica por si mesmo, quando afirma que não se pode partir de uma definição de sujeito, predicado ou objeto; ao invés disso, é possível se chegar a essas definições aplicando-se regras que gerarão sentenças na língua. Tais resultados poderão ser testados utilizando-se critérios sintáticos aliados a definições semânticas. Para a autora, há semelhança, portanto, entre o ponto de vista apresentado por Dias e a concepção de Lyons, que estabelece que há relação entre as funções sintáticas e as classes de palavras. Desse modo, de acordo com Pontes, Dias segue a base do que lingüistas estruturalistas fizeram com relação aos constituintes imediatos e que serve de fundamento para a sintaxe de Chomsky e de outros sintaticistas que admitem que sujeito depende de predicado, objeto direto de verbos transitivos e assim por diante.

Tradicionalmente, desde Platão e Aristóteles, sujeito “*é o ser que age (agente) e de quem se declara algo*”. Assim sendo, é preciso muita atenção ao se analisar uma oração para encontrar-lhe o sujeito. Muitas vezes, o que parece ser sujeito, na verdade é o que se chama de *tópico*, como é possível observar em sentenças como *O carro furou o pneu* e *Eu opereei o estômago*. Na verdade, segundo Lyons, é mais importante psicologicamente *o carro* que o pneu, a pessoa “*eu*” que a parte afetada e, por isso, estes termos são topicalizados não constituindo, no entanto, o sujeito da oração.

Pontes apresenta ainda uma caracterização universal de sujeito, proposta por Keenan (1976), baseada em traços semânticos (agente / ser), pragmáticos (tópico) e sintáticos não deixando de alertar para o fato de que ele não tem o intuito de definir classicamente sujeito, mas sim de apresentar um conjunto de traços que visam a contribuir com esta tarefa:

não fomos capazes de isolar qualquer combinação das propriedades de sujeito básico que seja ao mesmo tempo necessária e suficiente para que um SN em qualquer sentença

*em qualquer língua seja o sujeito desta S. Certamente nenhuma das propriedades é tanto necessária quanto suficiente, e em nossa exposição nós apontamos contra-exemplos dos dois tipos para propriedades que se poderia pensar serem completamente gerais.*¹⁰

As sentenças básicas são, em geral, declarativas afirmativas, mais livres de preposição e não ambíguas estruturalmente:

- (26) a. João é lingüista. (sentença básica = sujeito básico)
b. Paulo acha que João é lingüista. (sujeito não-básico)

Segundo Keenan (*Apud* Pontes), o sujeito apresenta características básicas de ordem sintática, pragmática e semântica como a *autonomia*, as *propriedades de caso* e o *papel semântico*:

1) Autonomia: segundo Keenan é a mais extensa:

- a) existência independente: a entidade a que o sujeito se refere existe independentemente da ação ou propriedade expressa pelo predicado. *E.g.* João trabalha;
- b) indispensabilidade: sujeitos básicos não podem ser eliminados de uma S. Quanto a esta propriedade, Pontes lembra que há orações sem sujeito;
- c) referência autônoma: a referência de um sujeito não depende da referência de um SN que o segue. Em *João se matou*, *se* é co-referente de João e não poderia ocorrer o contrário. O sujeito está envolvido no controle: i) da co-referência através

¹⁰ De acordo com Pontes, Keenan esclarece que sujeitos básicos são aqueles que ocorrem em sentenças semanticamente básicas, isto é, cujo significado não depende de outra, têm o maior potencial sintático e morfológico das sentenças na língua, ou seja, apresentam a maior gama de distinções de tempo, modo, aspecto e voz. São as sentenças mais simples, sintaticamente.

de pronomes, reflexivos, supressões e pronominalização; ii) da mudança de referência; iii) da concordância verbal;

d) referência absoluta: O SN sempre tem referência quando uma sentença é verdadeira, mesmo que seja indefinido. E.g. *Um estudante deve a João um relatório.* (um estudante existe, mesmo que não haja relatório);

Há ainda que se considerar que os sujeitos costumam, segundo Keenan, ser os SNs mais à esquerda, podem ser expressos por pronomes pessoais independentes, que podem ser coordenados a SNs completos e, por último, podem movimentar quantificadores como em:

(27) a . Todos os meninos saíram.

b. Os meninos todos saíram.

2) Propriedades de caso:

a) Sujeitos de Ss intransitivas geralmente não são marcados para caso, se alguma outra S não é marcada;

b) Nas causativas, os sujeitos mudam de caso. Ex.. *Ele me mandou estudar;*

c) Há os sujeitos que mudam de caso em nominalizações de ações: *A varredura do chão* por João.

3) Papel semântico :

a) O papel semântico do sujeito básico é predizível a partir da forma do verbo principal;

b) se existir algum agente, ele será expresso pelo sujeito-básico;

c) os sujeitos básicos expressam o destinatário na oração imperativa;

d) em geral, têm a mesma marca de caso e concordância verbal que o causador na oração causativa;

e) dominância imediata: O SN não é dominado imediatamente por S nos seguintes casos: língua VSO, línguas em que a ordem S e O é livre e línguas SOV em que há escassa evidência de uma constituinte SV.(166-169)

Concluindo sua análise sobre sujeito, Pontes afirma que o traço mais evidente em português é aquele que diz que o sujeito é agente na oração ativa, pois é o primeiro traço presente na definição dos falantes; há uma quase unanimidade a respeito deste traço enquanto que os demais traços apontados tiveram um percentual bastante baixo. O levantamento feito pela autora também mostrou, através dos conceitos apresentados, as características apontadas por Keenan, tais como existência independente, indispensabilidade, referência autônoma, controle de co-referência, supressão de SN idêntico, supressão na coordenação etc.

Perini (1986) difere da discussão de Pontes ao assumir que o conceito de sujeito está relacionado à posição que ele ocupa na sentença e à relação de concordância que estabelece com a pessoa e número expressos pelas desinências verbais. Ele afirma existir uma contradição entre a definição de sujeito e a prática de identificação em casos concretos, a começar pelo fato de que, durante a aprendizagem da gramática, primeiro se aprende a identificar sujeito e só depois é que se estuda o seu conceito.

Ainda de acordo com Perini, segundo a DGEx (Doutrina Gramatical Explícita), que seria uma doutrina baseada nos ensinamentos da gramática tradicional, definir-se-ia sujeito como sendo o *termo a respeito do qual se faz uma declaração* o que, assim como a maioria dos conceitos formulados pelos gramáticos que apresentei na seção anterior, poderia gerar dificuldades, pois, em *Chover*, tem-se uma declaração apesar de não haver sujeito. Por outro lado, de acordo com a DGImp (Doutrina Gramatical Implícita), que seria o conhecimento implícito dos falantes a respeito da língua, *sujeito é o termo da oração com o qual o verbo concorda*, o que, além de parecer um pouco mais abrangente que o primeiro conceito, também estabelece um vínculo sintático entre sujeito e

predicado, não ficando, portanto, restrito ao critério semântico como os demais conceitos.

De acordo com Perini, a DGImp, apesar de não ser reconhecida como existente, “guia as decisões na prática”, ou seja, permite ao indivíduo fazer uma análise com base não somente nos seus conhecimentos gramaticais mas também levando em consideração suas experiências lingüísticas e pessoais, incluindo sua intuição de falante.

O autor ainda chama a atenção para o fato de que não se pode confundir “função” e “classe”, uma vez que uma mesma classe pode desempenhar funções sintáticas diferentes. Equívocos desse tipo poderiam ocorrer na identificação do sujeito, por exemplo, quando se adotasse um dos conceitos presentes nas gramáticas tradicionais com os quais trabalhei até aqui e que consideram sujeito como sendo “o ser sobre o qual se diz algo”, uma vez que qualquer classe gramatical que satisfizesse essa condição poderia ser sujeito, independentemente de sua função na oração. Perini, reforçando a importância de tal distinção, afirma que

Sujeito é uma função, isto é, um dos aspectos da organização formal da oração. Uma função sintática se define através de relações sintagmáticas entre os diversos termos da oração: ordem das palavras, concordância, regência etc. Assim, a função de sujeito se caracteriza por certas posições na oração, e por estar em relação de concordância de pessoa e número com o verbo.(1986:39)

1.2 Considerações Finais

Após apresentar, neste primeiro capítulo, conceitos referentes a sujeito formulados de acordo com a visão da gramática tradicional e de alguns lingüistas, faz-se necessário destacar alguns pontos.

Em primeiro lugar, constata-se a quase unanimidade dos gramáticos tradicionais em conceituar o sujeito somente a partir do critério semântico. Percebe-se que os conceitos se tornam falhos e acabam não podendo ser aplicados a várias situações de

análise do sujeito nas sentenças. Alguns, devido ao próprio conceito apresentado; outros, devido à classificação do sujeito que tentam fazer, como é o caso de Said Ali (1969) quando se refere a sujeito “indefinido” (ou seria indeterminado?) em uma oração cujo sujeito classificaríamos, de acordo com a gramática tradicional, como inexistente por conta do verbo impessoal presente na sentença.

Macambira, dentre os autores consultados, é o único que, para conceituar sujeito, utiliza, separadamente, os critérios semântico, morfológico e sintático. Mesmo assim, reconhece a dificuldade de se definir sujeito e adverte para a necessidade de se considerarem todos os critérios para uma definição mais completa, uma vez que não consegue chegar a um conceito que abranja todos os critérios.

Num segundo momento, foi apresentada a abordagem feita por alguns lingüistas sobre sujeito. Pontes (1986) realiza um estudo exaustivo sobre o assunto, partindo de conceitos formulados por alunos, professores e também por lingüistas. Conclui, então, que o traço de agentividade do sujeito em orações ativas é o mais evidente na definição dos falantes, o que coincide com as definições clássicas.

Perini, ao contrário de Pontes, faz uma análise do sujeito com base no critério sintático. Para ele, é necessário que se considere sujeito como uma função sintática que deve estar relacionada aos outros termos da oração e suas respectivas posições. Perini, além de apresentar uma definição de sujeito baseada no critério sintático, apela também para a DGImp, segundo a qual é levada em consideração a intuição do falante, além do conhecimento que ele tem da língua.

Portanto, não são suficientes para a identificação e análise do sujeito os conceitos apresentados pelas gramáticas tradicionais, pois todas, sem exceção, podem gerar dificuldades. Cabe a quem desejar definir ou identificar o sujeito levar em conta, como sugere Perini, a concordância com o verbo além de considerar a DGImp que, de acordo com ele, subjaz à análise levando em consideração, é claro, as observações feitas por Macambira bem como os testes sugeridos por ele.

Capítulo II

Outras faces do sujeito

2.0 Introdução

No capítulo anterior, mostrei o quanto é difícil formular uma definição apropriada para sujeito. Dos conceitos encontrados, num período de 168 anos (1830 a 1998), raros foram os autores que puderam colaborar efetivamente na busca da identificação do sujeito em uma dada sentença. As definições, em geral, são vagas e não atendem às necessidades enfrentadas, na prática, por quem decide investigar sujeito.

No entanto, apesar de a maioria dos conceitos se referirem apenas a questões semânticas e, por isso, não serem suficientes para a compreensão do sujeito, constatei que Perini (1986) apresenta uma definição sintática ao afirmar que o sujeito encontra-se em uma posição que deve ser preenchida de modo a tomar a sentença gramatical. Segundo o autor, é importante, ainda, estar alerta para o fato de que a função de sujeito é ocupada por uma classe de formas, a que se chama de sintagma nominal (SN) e que tal classe pode ocupar outras funções, como a de objeto, por exemplo.

Perini (1986; 1996), ao apresentar uma definição sintática de sujeito, afirma que se trata de um termo da oração que está em concordância com o núcleo do predicado (NdP)¹.

É com base na noção de sujeito sendo, antes de mais nada, uma posição na oração (SS), que passarei a fazer algumas considerações sobre “as outras faces” que o sujeito pode apresentar e que diferem de algumas situações mencionadas no Capítulo I.

¹ Ele esclarece que o NdP é sempre o verbo, independentemente da classificação tradicional que seja atribuída ao predicado. Portanto, não há preocupação com aspectos relacionados à mensagem, mas sim, em apresentar uma definição de sujeito que o considera como um dos constituintes da oração, mantendo uma relação bem definida com a sentença.

2.1. O sujeito pré e pós-verbal

Com base nas várias definições sobre sujeito apresentadas no capítulo anterior, é possível estabelecer a *posição* como um dos critérios para a identificação do sujeito, visto que, de forma geral, ele aparece anteposto ao verbo (SVO), ordem considerada canônica no PB.

No entanto, facilmente se percebe que este critério, sozinho, jamais poderia servir para a identificação do sujeito haja vista os exemplos de orações que podem apresentar sujeitos pospostos ao verbo.

Pontes (1986) afirma, após análise feita com base na pesquisa realizada em língua oral e escrita, que o sujeito posposto ao verbo ocorre em alguns casos específicos como em (i) certas orações infinitivas: *Declarou estarem todos errados*; (ii) orações independentes, com verbos como existir, aparecer, ocorrer etc.: *Próximo existe pequeno balvedere*; (iii) quando algum elemento que não é sujeito ocorre na primeira posição da sentença (como tópico): *Onde estão?*, *Isto diz ele!*, *Onde repousam as cinzas do reinado?*; (iv) com verbos reflexivos no sentido de passivo: *Desfaz-se o mistério*; (v) com participípios absolutos: *Encurralados todos!* E em (vi) orações intercaladas ou finais, como: *E me dói a cabeça, diz alguém*.

Lira (1982) (*Apud* Pontes) constata que a maior incidência de sujeitos pospostos se dá com verbos de ligação e intransitivos e que estes últimos estão mais vinculados a sujeitos pospostos que aqueles, tanto na língua oral quanto na escrita. Outra importante observação que Pontes faz é a de que existe uma razão segundo a qual o sintagma nominal (SN) aparece posposto ao verbo, que consiste no fato de ele ser a informação nova² que é dada na oração, não sendo, portanto, o seu tópico. Geralmente se diz que há coincidência entre o sujeito e tópico da Sentença (S) nas línguas indo-européias ocidentais; conseqüentemente, se o sujeito deixar de ser tópico, ele perderá sua posição inicial na sentença.

² Segundo a autora, de acordo com o ensinamento da escola de Praga, há um princípio pelo qual a informação nova vem no fim da sentença: o sujeito posposto vem no fim da sentença porque ele não é tópico, e sim carrega a informação nova.

Alguns autores, como Perlmutter (1976), afirmam que sujeito posposto não é sujeito da oração, mas sim sujeito na estrutura subjacente com base em argumentos como ordem de palavras, falta de significado temático e movimento de quantificadores, entre outros. Para o autor, o argumento de um verbo inacusativo,³ ao contrário do que acontece com um verbo intransitivo, é gerado na DS,⁴ na posição estrutural de objeto (*downgraded*); é, portanto um sujeito subjacente que deixa de ser sujeito na estrutura superficial (SS). Tal tipo de sujeito aparece após verbos como *sumir, sobrar, surgir, ficar, aparecer, acontecer, ocorrer, passar, existir*, entre outros. Esse fenômeno não é observado em se tratando de sujeitos de verbos do tipo *trabalhar, andar e lutar* que, não importando se estão em estrutura profunda ou superficial, são considerados sujeitos. Desse modo, fica fácil de compreender por que muitos trabalhos mostram que os verbos inacusativos são favorecedores da ordem V DP. Considerando-se o sujeito uma posição canonicamente ocupada antes do verbo e que, com verbos inacusativos, o sujeito é gerado em uma posição na sentença que seria a de objeto (após o verbo, portanto), o sujeito acaba por não migrar para sua posição pré-verbal mantendo, assim, a ordem na qual foi originado. Para explicar melhor esse fenômeno, Perlmutter apresenta algumas razões para dizer que o DP rebaixado é sujeito subjacente:

1) A estrutura subjacente da sentença seria anômala, caso não se considerasse esse DP como um sujeito subjacente pois “a) ela não teria sujeito b) ela teria um constituinte estranho não-sujeito, diferente de qualquer coisa que ocorre em outras partes da língua (p.115);

³ Dentre os verbos monoargumentais, além dos intransitivos, há aqueles chamados inacusativos. Perlmutter (1976) foi o primeiro a tratar dessa classe de verbos. Além dele, Burzio (1986) foi quem introduziu o conceito de inacusatividade no modelo de Princípios e Parâmetros. Baseado nos critérios de Chomsky (1981), Burzio explica que os verbos passivos, assim como outros como *chegar, faltar e acontecer* são semelhantes e não têm a capacidade de atribuir Caso acusativo. Propõe, então, a chamada Generalização de Burzio “um verbo atribui uma função temática externa se e somente se atribui Caso acusativo”. Assim fica esclarecida a diferença entre os verbos: os transitivos (e quiçá os intransitivos) atribuem caso acusativo, enquanto que os inacusativos, não.

⁴ DS = Estrutura profunda (do inglês, *Deep Structure*)
SS = Estrutura superficial (do inglês, *Superficial Structure*)

2) Orações como

(1) Coisas como essas acontecem só nos Bálcãs.

(2) Acontecem coisas como essas só nos Bálcãs.

teriam estruturas subjacentes diferentes; no entanto, há a mesma relação semântica entre *coisas como essas* e *acontecer*. Considerando-se que as relações semânticas dependem das relações gramaticais na estrutura subjacente, *coisas como essas* deve ter a mesma relação gramatical (de sujeito) com *acontecer* nas estruturas subjacentes de ambas as sentenças;

3) “Se essas duas sentenças têm estruturas subjacentes diferentes, as restrições seletivas terão que ser estabelecidas duas vezes”.

Pontes, no entanto, critica algumas observações feitas pelo autor, entre elas o fato de ele afirmar que o DP posposto nas sentenças passivas se comporta como DP posposto nas sentenças ativas; isso, para Pontes, não pode acontecer uma vez que o DP objeto das ativas passa a ser o sujeito da passiva. Da mesma forma, o movimento dos quantificadores pode mostrar a semelhança entre DP posposto e objetos, pois ele sofre as mesmas restrições, não sendo adequado, portanto, utilizar-se este como um dos critérios para caracterizar um DP posposto. Além disso, segundo Pontes, o autor, que não assume a hipótese de o DP posposto ao verbo poder ser objeto, considera esta hipótese anômala e “diferente de tudo que possa existir na língua”. De acordo com a autora, Perlmutter se esquece (ou não sabe) que o DP posposto ao verbo HAVER (com sentido de existir) é considerado objeto em nossas gramáticas e pertence ao caso acusativo no latim. Outra crítica que Pontes faz a Perlmutter diz respeito à artificialidade, pois, segundo ela, os exemplos que o autor apresenta são selecionados de modo a não “complicar a análise”.

Considerando a análise do fenômeno da ordem do sujeito no PB, Berlinck (1989) mostra, diacronicamente, como se apresenta o sujeito no PB. Segundo os resultados mostrados por ela, há redução na frequência de sujeitos pospostos, à medida que se leva em consideração o *corpus* sincrônico.

De acordo com a autora, o status informacional⁵ do sujeito tem grande peso na definição da ordem. Para ela, quando maior o grau de novidade do DP, maior será a possibilidade de ele aparecer posposto ao verbo. No entanto, quando se trata de *corpus* sincrônico, é possível perceber que o grau de novidade já não é tão importante no momento de se estabelecer a ordem do DP. De acordo com os resultados obtidos por Berlinck, a frequência V DP foi maior nos contextos “menos transitivos”, enquanto que nos mais “transitivos” houve menor número de ocorrências.

Berlinck conclui sua pesquisa mostrando que há um decréscimo na frequência da ordem V DP e um conseqüente enrijecimento na ordem DP V. Além disso, ainda é importante salientar que a probabilidade da ordem V DP com um determinado verbo está associada ao grau de possível ambigüidade que a construção possa apresentar. Em conseqüência, verbos com mais de um argumento são avessos à ordem V DP porque existe a probabilidade de serem confundidos sujeito e objeto, gerando uma colisão de traços.

Além de Pontes e Berlinck, Coelho (2000) analisa a ordem do sujeito no PB estabelecendo que a ordem posposta (V DP) está associada a uma restrição sintático-semântica representada pela natureza do verbo e estabelecida, principalmente, pela relação entre verbo e argumento interno. Segundo a autora, a ordem V DP estaria diretamente relacionada ao tipo de verbo que é utilizado na sentença e são os verbos monoargumentais, em especial os inacusativos, que ainda licenciam a posposição no PB. Além disso, essa restrição estaria ligada a questões semânticas marcadas por traços [-definido] e [+ / - específico], nos contextos de inacusatividade. De acordo com Coelho (2000), a restrição semântica de indefinidade aos DPs pós-verbais poderia ser explicada com base na hipótese de Caso partitivo de Belletti (1988); no entanto, esta hipótese não parece ser suficientemente clara quanto ao que seja um sintagma partitivo.⁶

Para Coelho, a posição pré-verbal e pós-verbal pode apresentar três possibilidades de derivação no PB, que são:

⁵ Segundo a autora, a ordem era estabelecida a partir do status informacional do SN (século XVIII); porém, atualmente, o fenômeno da ordem está centrado no verbo. Berlinck também esclarece, no entanto, que o fato de a ordem estar submetida ao tipo de verbo não faz com que a “gradação de novidade” do referente do SN deixe de ser significativa na determinação da ordem no *corpus* sincrônico.

⁶ Em nota, a autora esclarece que há autores como Eguzkita & Kaiser (1995) que questionam a existência de um Caso como o partitivo, preferindo considerar partitivo um quantificador. Assim sendo, para eles, somente o Caso nominativo é que pode ser atribuído aos argumentos internos de um verbo inacusativo e, por isso, não haveria necessidade, como Beletti faz, de atribuir caso especial a eles.

- 1) uma posição do DP interno a VP que se refere apenas a argumentos de verbos inacusativos;
- 2) uma proposta alternativa de movimento do DP para a posição de foco interno, entre IP e VP, nos termos de Belletti (1999);
- 3) o movimento de DP para posições externas à sentença, num processo de topicalização e focalização, o que, segundo a autora, não aconteceria somente com argumentos de construções inacusativas.

Dessa forma, é preciso ficar atento quando a tarefa é localizar o sujeito de uma oração. Apesar de a sua localização ser relativamente fácil e estar canonicamente antes do verbo (DP V), muitas vezes o sujeito aparece camuflado em posições que não são normalmente dele ou, ainda, é possível encontrar termos que não são sujeito em posição pré-verbal. Tal possibilidade deve-se, entre outros fatores, à intenção de o usuário enfatizar locativos, topicalizar ou focalizar certos termos da oração colocando-os na posição que tradicionalmente seria a de sujeito.

Por fim, Coelho conclui que a monoargumentalidade não é uma restrição suficiente para explicar a ordem V DP e que somente os verbos inacusativos podem dar origem a sentenças dessa ordem. Dessa forma, as restrições sintático-semânticas da ordem V DP (PP) devem estar relacionadas principalmente ao fenômeno da inacusatividade no PB. Assim sendo, Coelho afirma ainda que as ordens DP V e V DP não constituem um caso de variação porque os tipos de verbos e os traços de definitude são restrições ligadas às ordens V DP e DP V e indicam sua complementaridade.

2.2 O Parâmetro do sujeito nulo

Conforme foi mostrado no capítulo anterior, quando se trata da classificação de sujeito, vários autores fazem referência ao chamado sujeito nulo que, segundo eles, é caracterizado por estar oculto ou elíptico, sendo identificado através da desinência verbal de pessoa. No entanto, é importante esclarecer que não se pode dizer que sujeito nulo é

um “tipo” de sujeito, uma vez que ele não aparece na oração; mais coerentes seriam os gramáticos se, ao invés de classificarem os tipos de sujeito, também considerassem o seu preenchimento ou não e aí, sim, poderiam se referir a algo chamado “sujeito nulo”.

Ao apresentar a possibilidade de formação de sentenças sem o sujeito explícito, cuja identificação acontece normalmente devido à flexão verbal, Chomsky (1981) discute o parâmetro *pro-drop* que caracteriza algumas línguas.⁷ A partir do momento em que apresentavam tal parâmetro, línguas como o português e o italiano passaram a ser classificadas como línguas *pro-drop*, ao contrário do que se pode observar em línguas como o francês, por exemplo, que não apresenta a possibilidade de omissão de sujeito.

Segundo Figueiredo Silva (1996), existem línguas em que o pronome que constitui sujeito de uma sentença em tempo finito pode não estar presente. Isso pode ocorrer em línguas que possuem um paradigma verbal capaz de identificar a categoria vazia correspondente ao sujeito, garantindo assim, sua interpretação.⁸ Ela cita, em seu trabalho, as propriedades de línguas *pro-drop*, estabelecidas por Chomsky (1981):

- sujeito nulo: há possibilidade de se construírem sentenças gramaticais com sujeito nulo em italiano, mas não em francês:

(3) . Lei parla il cinese (Ela fala chinês)

Parla il cinese.

Elle parle le chinois.

* Parle le chinois.

- inversão do sujeito em orações principais: o italiano é uma língua que permite tal inversão enquanto que uma sentença em francês que fosse submetida a tal processo seria considerada agramatical:

(4) a. Há telefonato Gianni. (Telefonou o João)

b. * A mangé Jean.

⁷ De acordo com tal parâmetro, a língua, por conta de uma série de fatores, entre eles a riqueza do paradigma verbal, pode admitir a omissão do sujeito.

⁸ A autora esclarece que não irá tratar de línguas como o chinês que, apesar de ser uma língua que não possui marca fonológica, admite sujeitos nulos pronominais.

- movimento QU- “longo” do sujeito: línguas como o italiano permitem que se faça este movimento, o que não ocorreria com a língua francesa, como se pode observar:

- (5) *l'uomo* [che mi domando [chi *t* ablia visto]]
(o homem que me pergunto quem *t* tenha visto)
* *l'homme* que je me demande qui ait vu.

- pronome lembrete nulo em orações encaixadas:

- (6) *Ecco la ragazza* [Che mi domando [chi crede [che *cv* possa fare questo]]]
“Eis a menina que eu pergunto que acredita que (ela) possa fazer isto.”

- aparente violação do filtro “that *t*”: esse filtro impede que o sujeito se movimente por cima de um complementador realizado lexicalmente (Chomsky & Lasnik, 1977)

- (7) * *Qui tu penses que t* partirá?
“Quem você pensa que partirá?”

No presente trabalho, concentrarei minha atenção nas duas primeiras propriedades, uma vez que são consideradas as mais importantes por serem mais perceptíveis no PB.

Chomsky, a partir desse conjunto de propriedades, pretendia separar as línguas em dois grupos: as do tipo do italiano e as do tipo do francês. A princípio, a concordância parecia ser a responsável pelas propriedades relacionadas em determinadas línguas. No entanto, segundo Figueiredo Silva, Chomsky constatou que a concordância, apesar de muito importante, não seria o único critério para se diferenciar o italiano do francês.⁹

Então foi observado que havia uma regra de “movimento de afixos” – Regra R – para explicar a presença da concordância (Agr) sobre o verbo, como ilustra a transformação de (a) em (b), abaixo:

(a) [NP INFL VP] (INFL = {Agr + / - Tense}

(b) [NP [V – INFL]

Línguas PRO-drop e não- PRO- drop são diferenciadas através do nível de representação em que essa regra é aplicada, em francês, na forma fonológica e em italiano e espanhol, na sintaxe visível.

Em se tratando das regras (a) e (b), ambas podem ser explicadas através da “Regra R”. A partir do momento que essa regra atribui, na estrutura-S, Agr ao sintagma verbal, ela também explica a possibilidade de existência de sujeito nulo e sua inversão livre. Isto se dá porque, segundo Figueiredo Silva, existe a hipótese de que

a posição de adjunção ao sintagma verbal é sempre apropriadamente regida pelo verbo e que, conseqüentemente, essa posição pode receber um sintagma nominal lexical que receberá seu caso nominativo por intermédio da cadeia que ele constitui com o PRO em posição pré-verbal.

⁹ Segundo Duarte (1995), o estabelecimento do parâmetro *pro-drop* proposto por Chomsky (1981), que considerava a concordância (AGR) como o elemento crucial para distinguir as línguas de sujeito nulo das outras, foi abalado com a constatação de Huang (1984) de que línguas como o chinês, que não apresentam desinências verbais, podem também admitir sujeito nulo. Mais tarde, Jaeggli e Safir (1987) afirmaram que não apenas o elemento AGR mas também a uniformidade morfológica dos paradigmas é responsável pelo licenciamento do sujeito nulo. Eles esclarecem que um paradigma é morfológicamente uniforme quando se constitui ou de formas derivadas (que podem incluir desinências de número, modo, aspecto, pessoa etc) ou de formas não derivadas. O sujeito nulo será identificado no primeiro caso através de AGR e, no segundo, pela correferência entre os elementos nominais A ou A' c-comando o sujeito. Assim, línguas que apresentem paradigmas mistos não licenciariam sujeito nulo. Por último, Roberts (1993) refina a formulação do parâmetro proposto por Jaeggli e Safir quando afirma que um paradigma funcionalmente rico permite o sujeito nulo e acrescenta que a riqueza funcional também envolve a desinência zero, “caso as outras pessoas sejam distintas”.

A existência de uma categoria vazia pronominal, *pro*, apresentada por Chomsky (1982)¹⁰ permite que se retome a primeira hipótese dele, segundo a qual a posição sujeito de línguas como o italiano é regida por um elemento *Agr* “rico”, o que constituiria o parâmetro *pro-drop*.

Essa teoria não era suficiente para explicar todos os casos de categorias vazias, ou por não apresentarem a configuração exigida com *Agr* ou porque não dispunham da “riqueza morfológica” de que necessitavam.¹¹

Figueiredo Silva conclui seu estudo afirmando que o *pro* referencial é admitido por línguas que têm os traços de pessoa e número morfológicamente representados no núcleo da concordância. Porém, o *pro* é limitado a contextos expletivos¹² quando as línguas só têm o traço de número. Assim sendo, em se tratando de inversão de sujeito, a mesma só é possível quando há um *pro* expletivo na posição canônica de sujeito, uma vez que, nesse caso, não há referencialidade.

Figueiredo Silva também analisa o sujeito nulo no PB, estabelecendo que se encontram na literatura duas informações que se contradizem. A primeira delas é que apesar de uma série de restrições poder agir sobre a posição de sujeito, o PB é visto como uma língua na qual o sujeito não deve ser obrigatoriamente preenchido por pronome lexical. A segunda contradição a que a autora faz menção é que todos os trabalhos realizados em lingüística estatística revelam que o PB apresenta uma forte tendência a utilizar pronomes lexicais na posição de sujeito, quando a interpretação é referencial.

De acordo com dados já levantados, o PB é uma língua com sujeito nulo parcial, que se utiliza de estratégias especiais para identificar os sujeitos nulos quando essa posição deve ser interpretada referencialmente. Dessa forma, segundo Figueiredo Silva,

¹⁰ *Some Concepts and Consequences of the theory of Government and Binding* (Apud Figueiredo Silva)

¹¹ Segundo Rizzi (1993), há certas línguas que admitem sujeitos que, apesar de não serem referenciais, são existenciais e, por isso, há necessidade de uma teoria *pro* mais flexível, que permita a análise das diferenças entre as línguas. O autor afirma que, para isso, *Pro* deve ser “a. *formalmente legitimado* (isto é, deve estar em relação com uma categoria de nível zero, X^0 , tal que X^0 seja membro da classe de ‘legitimadores’ na língua em questão); b. *identificado quanto ao seu conteúdo isto é,* deve receber sua referência do conjunto de trocas de X^0 com o qual está co-indexado”. A relação à qual Rizzi faz referência em (a) pode ser de regência ou concordância, sendo parametrizável; os legitimadores podem variar de uma língua para outra, no entanto, a restrição de localidade fica invariável. (Apud Figueiredo Silva)

¹² Os sujeitos expletivos serão tratados na próxima seção.

o PB não constitui uma “verdadeira” língua *pro-drop*, que sempre se utiliza da morfologia do verbo para identificar seus sujeitos. Ao contrário, muitas vezes a morfologia do verbo não contribui para a identificação da categoria vazia na posição de sujeito.

Para a autora, é obrigatório em PB o sujeito nulo com predicados não-argumentais e *quasi*-argumentais¹³ sendo sistematicamente nulos, sem a possibilidade de serem substituídos por pronome expletivo lexical:

(8) a. Parece que o João passou por aqui.

b. Choveu a noite inteira.

Apesar disso, é possível encontrar, em determinados contextos, sujeitos nulos em PB com interpretação referencial, embora estejam sujeitos a determinadas restrições. Em orações encaixadas, ainda é possível encontrar sujeitos nulos sem, no entanto, terem independência referencial, uma vez que são co-referentes ou com o sujeito da frase matriz ou com um tópico lexicalmente realizado.

O português, apesar de fazer parte do grupo de línguas que admite sujeitos nulos, tem apresentado sujeitos explícitos cada vez com mais frequência, conforme comprovam estatisticamente alguns estudos. Há trabalhos, como o de Duarte (1995), que atestam uma possível mudança do português de uma língua considerada *pro-drop* para não *pro-drop*.

Duarte (1995) realizou uma pesquisa diacrônica com o intuito de observar os efeitos da simplificação dos paradigmas flexionais do PB, provocados pela perda das formas pronominais **tu** e **vós**, praticamente em todas as regiões do país em que foram substituídas **por você(s)** e **o(a) senhor(es)**. Além disso, buscou analisar o pronome **a gente** que co-existe com o pronome **nós**, fazendo com que o paradigma apresente apenas três formas distintas. Alguns resultados obtidos pela autora foram:

¹³ Os verdadeiros argumentos são aqueles que possuem papel temático e os *quasi*-argumentos são os que, mesmo sem papel temático referencial, podem ser ativos na sintaxe controlando outras posições. Ainda existe a classe dos não-argumentos, em que está incluído, por exemplo, o sujeito de verbos de alçamento ou da construção passiva. (Chomsky, 1981)

- 1) a perda gradual da opção pelo sujeito nulo no PB pode estar relacionada à redução dos paradigmas flexionais: nos períodos em que os índices de sujeito nulo são mais elevados, estava em vigor um paradigma pronominal semelhante ao do português europeu; já nos períodos a partir de 1937, há uma elevação nos índices de preenchimento de sujeito, o que coincide com a substituição da segunda pessoa (tu /vós) por você(s) e o senhor (a);
- 2) a mudança não atua uniformemente por todas as pessoas do discurso: a primeira pessoa é a que mais apresenta sujeitos preenchidos, enquanto que na terceira pessoa observa-se maior número de sujeitos nulos;
- 3) o tipo de texto escrito em peças de teatro, embora não sendo uma reprodução fiel, aproxima-se bastante da fala: o percentual de queda do pronome de primeira pessoa é bastante baixo, assim como ocorre com o de terceira pessoa.

Dessa forma, Duarte mostra que existe uma relação entre a perda de propriedades *pro-drop* e a simplificação no quadro pronominal. Tal perda não se dá igualmente em todas as pessoas, encontrando maior resistência na terceira pessoa.

Para a autora, portanto, o português brasileiro perdeu, devido ao enfraquecimento da flexão, a propriedade típica de línguas de sujeito nulo do grupo *pro-drop*, por não ser mais possível, em alguns casos, a identificação da categoria vazia sujeito. Segundo ela, essa perda não é ainda o que se poderia chamar de mudança concluída, pois “o PB atual vive com um sistema agonizante” em que ainda se observam características de língua *pro-drop* e uma “riqueza flexional” perdida, que já não é suficiente para identificação de sujeito. Assim, o que se tem é um sistema *pro-drop* defectivo em que “Agr pode licenciar *pro*” (a concordância verbal é capaz de licenciar sujeitos nulos), cuja identificação fica cada vez mais restrita por conta da perda do traço de pessoa, antes mais fortemente presente no paradigma verbal.

Duarte se refere ao sujeito nulo em PB como um *pro* residual, pois é identificado e licenciado de acordo com os mecanismos utilizados nas línguas *pro-drop* românicas. Apesar de o sistema ser defectivo, a categoria vazia aparece nos mesmos contextos em que ele é obrigatório nas línguas românicas. Desse modo, a autora afirma que está

ocorrendo uma mudança em progresso e que o PB caminha para o estabelecimento do pronome pleno.

2.3. O sujeito expletivo ou existencial

Procurarei, nesta seção, arrolar algumas observações feitas em recente artigo, por Duarte (2002), acerca de construções que muitas vezes oferecem dificuldades quanto à identificação e classificação do sujeito: são as chamadas construções existenciais.

Embora o PB esteja a caminho de se tornar uma língua de sujeitos referenciais, há, ainda, orações cujos sujeitos são “não referenciais” ou expletivos. Como mostra a autora, ocorrem casos de sujeitos não referenciais nos exemplos que apresenta de oração impessoal (9.a), construção existencial (9.b), oração com verbo de alçamento (9.c) e em construção apresentativa (9.d), a seguir:

(9) a. ___ Chove.

It rains.

b. _____ Tem muita gente na praça.

There is a lot of people in square.

c. _____ Parece que as crianças comeram o bolo.

It seems that the children ate the cake.

d. _____ Apareceu um lobo.

There appeared a wolf.

De acordo com Duarte (1997, 1999, 2000 e 2002) existe uma hierarquia em termos de referência relacionada à assimetria verificada em dois processos de mudança em PB: sujeitos plenos e objetos nulos. Com base nisso, Duarte apresenta a hipótese de que os sujeitos não referenciais ou expletivos passariam a ser realizados foneticamente e o que antes era uma categoria vazia, transformar-se-ia em preenchida.¹⁴ Segundo ela, o

¹⁴ O fato de apresentar a marcação de sujeito não-referencial é mais um indício de que o PB está se tornando uma língua de sujeito pleno.

uso de “você” com os verbos *ter* e *ver* (existenciais) é uma das estratégias utilizadas para evitar a ocorrência do expletivo nulo, como se pode constatar abaixo:

- (10) a. ____ Não há mais clientela no centro da cidade.
b. **Você** não tem mais clientela no centro da cidade.

Outros autores citados por Duarte também afirmam que “você” vem sendo utilizado como recurso para se evitar a nulidade:

o uso de você em sentenças existenciais se encontra em processo de Gramaticalização, com perda de informação semântica” (Vital & Ramos, 1999)
o pronome você não tem referência definida (Callou & Avelar, 2001)

Além de estudar a tendência ao preenchimento em construções existenciais, Duarte buscou investigar o papel das expressões locativas e temporais neste processo, como ocorre em *Em Brasília tem muito prédio*. Neste tipo de oração, os advérbios e certas locuções preposicionais tendem a exercer o papel de quase-argumentos, uma vez que se deslocam para uma posição que, a princípio, deveria pertencer ao sujeito. É o que acontece também, nos exemplos citados por Bechara (1974), transcritos no capítulo anterior e retomados agora:

- (11) a. A biblioteca tem bons livros.
b. “Na Rua Toneleiros tem um bosque que se chama, que se chama solidão” (Manuel Bandeira, *Poesia e Prosa*, II, 419)

Segundo Viotti (1999), o verbo *ter* vem tomando o lugar de *haver* aparecendo na maioria das orações porque, com ele, há possibilidade maior de deslocamento. Esta visão é compartilhada também por Kato (2000) quando ela afirma que a preferência por *ter* possibilita a ordem SV. Observa-se, aqui, que a autora está considerando *Brasília* como o sujeito da sentença:

- (12) Brasília tem muito prédio.

Muitas vezes, a posição de sujeito também é preenchida por pronomes demonstrativos que passam a ocupar essa posição à qual Pontes (1987) e Vasco (1999) se referem como Tópico-Sujeito:

- (13) a. Isso não tem dúvida.
b. Isso já deve ter uns quatro meses.

Da mesma forma, em se tratando de DPs, o que acontece é uma projeção da posição de sujeito, como acontece em (12), apesar do estranhamento em termos de compreensão que isso possa causar em algumas estruturas, como em (14.a) :

- (14) a. Mas **Copacabana, Ipanema principalmente** não há condição de vida mental saudável.
b. **Caxias** tem campo pra caramba.
c. **O Brasil** não tem nenhum político.

Além desses, Duarte apresenta alguns casos em que aparecem pronomes com perda de informação semântica:

- (15) a. Hoje **a gente** tem um grupo, uma parte da Igreja, que está comprometida.
b. Porque **você** vê apartamento aqui na zona sul sendo assaltado.
c. **Tu** vê aí a AIDS, né.

Após analisar casos como os que acabei de citar, Duarte afirma, primeiramente, que parece haver uma reorganização nas sentenças existenciais em que estão sendo usados os verbos *ter*, *haver* e *ver*. Outra observação feita pela autora é a de que a “necessidade” de apresentar sujeito é tão grande, que mesmo quando ele não existe, a tendência é “arranjar” algum termo que ocupe sua posição como *tópico*, *adjuntos*, *SNs nominais* e *pronominais*. Finalmente, ela observa que a crescente substituição do verbo *haver* pelo verbo *ter* está relacionada ao preenchimento cada vez maior da posição do sujeito gerando, conseqüentemente, o preenchimento do sujeito e mantendo a ordem canônica DP V.

2.4 Considerações finais

O estudo do sujeito não envolve apenas seu conceito, reconhecimento e classificação nas sentenças. Há questões bem mais complexas que essas e o primeiro passo para tentar compreendê-las é encarar o sujeito não mais a partir de uma conceituação da forma tradicional - baseada no critério semântico - como vinha e ainda vem sendo tratado na maioria das gramáticas. Ao invés de se adotar o critério semântico que acaba gerando definições inconsistentes que de nada servem na prática, é preciso tratar o sujeito como uma posição na sentença e, além disso, considerar a concordância que ele deve apresentar em relação ao verbo, adotando-se assim, um critério sintático.

Quanto à posição do sujeito, é necessário que se tomem alguns cuidados, pois há casos de orações em que a ordem passa de DP V para V DP, exigindo assim uma maior atenção no momento de identificar o sujeito.

O fato de haver ainda a possibilidade de se compor sentenças com o chamado sujeito nulo não significa, necessariamente, que o PB seja ainda uma das línguas que tem como propriedade o parâmetro *pro-drop*. Segundo os estudos apresentados, este é um parâmetro que está mudando no PB e uma das responsáveis por esta mudança é a perda, por parte do verbo, do traço indicador de pessoa, dificultando assim o reconhecimento do sujeito através da concordância.

Por fim, apontou-se que a posição que seria ocupada pelo sujeito está sendo preenchida por palavras como “você”, advérbios ou algumas locuções. Outra estratégia utilizada pelos falantes é a substituição do verbo impessoal “haver” pelo verbo “ter” que, por ser pessoal, acaba gerando a possibilidade de se preencher a posição de sujeito na sentença.

Capítulo III

Referencial Teórico: Do Gerativismo à Mudança Paramétrica

3.0 Introdução

Ao longo deste capítulo, será feito um levantamento dos modelos lingüísticos que basearão o prosseguimento da análise que será desenvolvida a respeito do sujeito no PB. Partindo da conciliação entre algumas idéias de Chomsky sobre a Gramática Gerativa e de conceitos referentes à Sociolingüística – numa concepção conhecida como Lingüística Paramétrica – espero poder investigar como se processam algumas mudanças no que diz respeito à ordem e ao preenchimento ou não do sujeito no PB de Florianópolis.

3.1 Chomsky e o modelo de Princípios e Parâmetros

Dentre as várias possibilidades de se definir a linguagem, Chomsky optou, há mais de trinta anos, por considerá-la um produto da criatividade. Segundo ele, o uso da linguagem não pode ser visto como uma atividade baseada no *estímulo-e-resposta*, termo relacionado ao behaviorismo, da psicologia. A associação de linguagem à criatividade resulta do fato de que não se pode prever o que o indivíduo irá proferir no momento da fala, embora os enunciados estejam baseados num conjunto de regras que todo sistema lingüístico possui. Para Chomsky, só o ser humano é capaz de produzir e compreender sentenças sintaticamente bem formadas, o que revela sua competência lingüística. Assim sendo, entende-se por Gramática Gerativa (GG) um conjunto de regras que, tendo por base

um vocabulário finito, é capaz de gerar um conjunto (finito ou infinito) de sintagmas, sendo considerado bem formado todo sintagma caracterizado pela gramática.¹

A partir dessa teoria padrão que levava em conta questões como a competência e o desempenho, Chomsky (1981) passou à teoria de Princípios e Parâmetros, tentando explicar como as sentenças e palavras das línguas são formadas. Desse modo, entende-se como gramática um conjunto de formas possíveis às quais o falante tem que adaptar sua língua a fim de torná-la suficientemente clara e, para isso, devem ser respeitados alguns princípios para que não se perca o significado dos enunciados proferidos. Então, para Chomsky, os indivíduos possuem a capacidade da língua que é baseada em princípios que todas as línguas possuem e cujas diferenças são ditadas por parâmetros inerentes a cada uma e que são responsáveis por darem origem às gramáticas.

Segundo Kato (1995), Chomsky distinguiu duas concepções possíveis de língua:

a) a de objeto externo, conjunto de enunciados definidos extensionalmente e b) a de que língua é algo interno à mente, como saber individual. A língua vista como intencional (*Língua-I*) é autônoma em relação a outros sistemas que são envolvidos na faculdade da linguagem ou o conjunto de conhecimentos que dão conta da produção e da compreensão. A *língua -I* é o sistema computacional desta faculdade que, a partir de uma coleção de itens lexicais, constrói, entre outras, um par de representações estruturais interpretáveis nas interfaces (forma fonética (FF) e forma lógica (FL)). A FF faz interface com os sistemas articulatório/perceptual e a FL com os sistemas conceitual/intencional.

A Gramática Universal é definida, desde então, como o conjunto dos princípios invariantes que regem as línguas naturais e mais os parâmetros de variação interlingüística permitidos, concebidos como opções presentes e ausentes.

Mioto (1995) afirma que a teoria dos princípios e parâmetros (TPP) surgiu para substituir uma concepção antiga da teoria gerativa, cujo sistema baseava-se em regras. Os princípios são leis universais que não variam e valem para todas as línguas naturais enquanto que os parâmetros são propriedades que podem variar de uma língua para outra. Desse modo, se uma estrutura violar algum princípio ela será agramatical; no entanto, se a violação acontecer em termos de parâmetros, ela poderá ser gramatical em uma língua mas agramatical em outra. Os princípios que regem as línguas são:

¹ Segundo nota do autor, não existe *status* indeterminado, uma vez que todo sintagma é mal ou bem formado de acordo com a descrição estrutural que lhe é atribuída pela gramática.

c) outro princípio que rege as línguas é o da Projeção Estendida, segundo o qual todas as sentenças devem ter sujeito.

(3) a. I ate the cake.

b. * Ate the cake.

(4) a. Eu comi o bolo.

b. Comi o bolo.

Mioto esclarece que, embora em 3b tenhamos, em inglês, uma sentença agramatical, no caso do PB, tanto em (4 a) quanto em (4 b), as sentenças são gramaticais. Nesse caso, o que ocorre é uma variação paramétrica, já que o modelo separa as línguas em dois grupos: as que licenciam sujeito nulo e as que não licenciam. O PB é, portanto, uma língua que, ao mesmo tempo que admite sujeito nulo, pode ter seu sujeito expresso na oração.

Ao contrário dos princípios que regem todas as línguas, os parâmetros permitem que haja variação na estrutura das línguas, dando aos falantes a oportunidade de optar por uma ou outra forma. Um exemplo disso acontece em (4), onde diferentemente do que acontece com o inglês, admite-se como gramaticais, tanto as sentenças com sujeitos expressos quanto aquelas cujo sujeito foi omitido.

3.2 Mudança Lingüística

3.2.1 O modelo laboviano

Weinreich, Labov & Herzog (WLH), em 1968, estabelecem que uma teoria de mudança lingüística pode ser vista tanto de uma maneira forte, quando prediz a partir da descrição de um estado de língua num dado momento o curso de desenvolvimento desta língua num dado intervalo de tempo ou, numa versão mais moderada, admite a variação constante a que toda língua está submetida fazendo certas restrições à transição de um

estado de língua para outro. Essas restrições teriam o papel de controlar as mudanças a fim de que os princípios formais da língua não sejam violados.

Há autores que salientam, entre outros aspectos, que, antes de qualquer predição, deve-se considerar a língua, sincrônica e diacronicamente, como algo que possui heterogeneidade sistemática. Segundo eles, para que se constate uma mudança lingüística, é necessário saber que ela tem início quando existe uma generalização de uma alternância em uma comunidade de fala que começa a assumir o caráter de diferenciação sistemática.

Outra questão considerada importante para o estudo da mudança lingüística é que o domínio de uma língua pressupõe o controle de estruturas heterogêneas que fazem parte da estrutura lingüística incluindo a diferenciação dos falantes e de seus estilos na comunidade de fala. Só haverá domínio da língua quando houver o controle dessas estruturas heterogêneas. Os autores, no entanto, alertam para o fato de que, apesar de a variabilidade e a heterogeneidade fazerem parte do processo de mudança, nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura da língua serão indicativos de que uma língua irá mudar. Todo esse processo não é uniforme nem tampouco instantâneo, uma vez que ele envolve co-existência de várias mudanças, relacionadas a longos períodos de tempo.

Mais tarde, Labov (1982) retoma alguns tópicos referentes à mudança lingüística iniciando com um esclarecimento a respeito de *heterogeneidade normal*, *variação livre* e *expressão livre*. A primeira, segundo o autor, diz respeito a uma condição normal em qualquer comunidade de fala e corresponde à propriedade que as línguas têm de possuírem várias maneiras de se transmitir semanticamente a “mesma coisa”. A variação livre diz respeito à variação entre fonemas, morfemas, sintagmas e sememas, o que acaba gerando certos problemas para a descrição tradicional da língua; por último, a expressão livre corresponde às diferentes coisas que cada usuário de uma comunidade de fala tem a dizer que dizem respeito às suas personalidades e histórias. As variantes lingüísticas estão relacionadas a traços da natureza interna da língua, com características externas do falante e da situação como estilo do texto, posição social, etnia, sexo e idade, por exemplo.

Labov (1982) estabelece, com base em duas razões, também alguns princípios como fundamentos de uma teoria de mudança lingüística. A primeira delas é que a mudança não é o resultado de um processo, mas sim um processo de substituição e, ao se estudar o processo diretamente, pode-se ter contato com o caráter heterogêneo da língua, uma vez que mudança implica variação. A segunda razão é que existe uma relação direta entre a

geografia dialetal, a sociolinguística e a linguística histórica. Após algumas pesquisas, Labov constata que a mudança tem início em um certo ponto da estrutura social e, depois, difunde-se na comunidade de fala.

O autor afirma que é possível que se determinem condições favoráveis e desfavoráveis à mudança linguística. Quando uma mudança linguística se encontra em seus primeiros estágios, ela não é percebida. A comunidade de fala avaliará a mudança de acordo com seu significado social (prestígio ou não) e, nos últimos estágios da mudança, ela começará a aparecer como estratificação social pois haverá o seu reconhecimento social ou não. Os falantes são hábeis para reconhecer a mudança linguística e adotá-la ou não, de acordo com seu estatuto.

Os processos de mudança podem envolver estímulos e restrições da sociedade e da estrutura da língua. Cada processo de mudança ocorre de forma particular e, por isso, só poderá ser descrito depois de ser encerrado o processo, uma vez que não se pode predizê-lo. No entanto, é possível dizer que uma mudança começa quando há uma variação na fala que é observável em toda parte de um subgrupo da comunidade. Desta forma, outros grupos são atingidos pela variação observada no primeiro até que, finalmente, a nova forma linguística passa a ser mais utilizada que a primeira.

Segundo Labov, na pesquisa sociolinguística não se pode deixar de considerar o componente social da língua. Para ele, a partir do momento em que se utiliza a fala para estabelecer comunicação com outros indivíduos, ela passa a fazer parte do contexto social e, como tal, tanto pode exercer quanto sofrer influência do meio no qual é utilizada. Observa-se que, para uma mesma situação, dependendo do contexto, formas diferentes podem ser empregadas com o mesmo significado. O interesse dos sociolinguistas é justamente o estudo desta variação que, algumas vezes, pode representar uma mudança na língua. Para Labov (1972), existe a chamada regra variável que apresenta frequência expressiva de uso e deve modelar-se à influência de fatores linguísticos e extralinguísticos.

Sendo assim, de acordo com Labov (1975), para que se chegue à regra variável, é necessário que o pesquisador faça uma análise quantitativa aliada ao estudo de diferentes fatores que podem estar atuando sobre a mudança. Tal mudança, se observada levando-se em consideração apenas uma amostra sincrônica com relação à faixa etária dos informantes, é chamada mudança em tempo aparente enquanto que, se a observação é feita tomando-se amostras em pontos distintos do tempo, recebe o nome de mudança em tempo

real. Para Labov, as diferenças em tempo real são o que chamamos de mudança lingüística (Labov 1994:73).

O sucesso obtido com o método de análise quantitativa proposto por Labov (1972) no campo da fonologia, fez com que ele aplicasse a metodologia variacionista também ao campo da morfologia e sintaxe, com a intenção de realizar um estudo mais completo e aprofundado sobre a língua. No entanto, o fato de ser necessária a manutenção do significado das formas variantes faz com que a proposta de Labov seja alvo de críticas, uma vez que seria bastante complicado ter-se formas diferentes com o mesmo sentido na sintaxe, por exemplo.

Assim, ao tomarem construções sintáticas como variável, considerando a passiva sem agente e a ativa com pronome sujeito genérico como variantes, Weiner & Labov (1977) sofreram críticas, principalmente de Lavandera (1978).

Weiner & Labov ao analisarem sentenças como *The closet was broken into* e *They broke into the closet* acabam por não constatar, no uso das variantes, uma influência expressiva de fatores sociais, ficando, portanto, o uso motivado apenas por fatores sintáticos. Dessa forma, o resultado obtido pelos autores evidenciou maior importância de fatores lingüísticos em relação aos sociais. A análise das passivas desenvolvida por Weiner e Labov “peca” segundo Lavandera (*op. cit.*), a partir do momento em que os autores consideram as sentenças analisadas como estruturas com o mesmo significado.

Lavandera questiona a aplicação do estudo variacionista a outros campos, diferentes da fonologia porque, segundo ela, a afirmação de que ocorre o fenômeno da variação em níveis diferentes do fonológico é contestável, pois acredita que toda construção sintática possui seu próprio significado. Dessa forma, ela sugere que a condição de “mesmo significado” seja ampliada para o que chama de *comparabilidade funcional* (1978:181), em que as estruturas, embora tendo a mesma intenção comunicativa, não terão necessariamente o mesmo significado. Assim, originar-se-iam duas formas de se realizar um estudo variacionista: restringindo-o ao nível fonológico do enunciado ou aceitando-se enunciados que possuem “a mesma intenção comunicativa do usuário”, mas não o mesmo significado.

Em resposta às idéias de Lavandera, Labov (1978) afirma que *dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade* e acrescenta que a função referencial é mais importante que a função de identificação do falante (função de

identidade por meio da fala) e a de acomodação do ouvinte (como ele modela a fala para se adequar ao ouvinte). Sendo assim, outros campos além da fonologia poderiam ser tratados, pois seriam consideradas formas equivalentes às formas variantes que se referissem ao mesmo estado de coisas, ainda que apresentassem alguns traços distintos. Desse modo, fica claro que, para Labov, o importante é que haja variação lingüística, ou seja, duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa; se há ou não variação extra-lingüística os trabalhos vão confirmar *a posteriori*.

3.2.2 O modelo lightfootiano

Merece destaque, no estudo da parametria, o trabalho realizado por Lightfoot (1979) em que ele estabelece uma relação entre os processos de *mudança e aquisição da língua*.

O autor propõe o Princípio da Transparência (PT), segundo o qual há uma espécie de limite nas transformações pelas quais uma língua pode passar de modo que o significado jamais poderá ser perdido. Toda vez que uma variação acontece, é necessário que se faça uma reanálise para que qualquer opacidade lingüística que por ventura apareça seja eliminada. Assim, poder-se-á definir quais mudanças poderão ou não acontecer.

O autor seleciona alguns fatores que devem ser considerados para que haja credibilidade das gramáticas construídas a partir do Princípio da Transparência, que são:

a) a habilidade de avaliar a distribuição dos morfemas e reconhecer as descrições semânticas das sentenças, a capacidade de sustentar a distribuição do processo de aquisição por crianças que aprendem sua primeira língua, etc.

b) o PT foi obtido através do estudo da diacronia, mas ele tem conseqüências nas descrições sincrônicas e gera a base para a seleção de uma gramática ao invés de outra, caracterizando a chamada “competição entre gramáticas”.

Aspectos da diacronia podem informar sobre os limites da gramática e, por isso, o estudo das mudanças diacrônicas pode indicar o quanto de opacidade que uma gramática pode tolerar antes de ser encaminhada a uma reanálise terapêutica, o quão abstratas as

estruturas iniciais podem ser. Quando se trata de sintaxe, existem várias maneiras possíveis de se eliminar a opacidade, incluindo mudanças nas regras de estrutura frasal, regras lexicais, subcategorizações, reformulações de transformações e regras de interpretação semântica, re-ordenação de regras, mudanças no modo de aplicação das regras.

Lightfoot afirma que nenhuma gramática pode se transformar em algo que não seja uma gramática possível de uma língua natural. No entanto, distinguir uma mudança possível de uma mudança impossível é uma tarefa bastante complicada. Para o autor, as mudanças não são limitadas formalmente, mas há um pré-requisito formal que deve ser preservado que é o da compreensibilidade mútua, evitando assim que apareçam estruturas na língua que jamais existiram e permitindo que falantes de diferentes gerações possam se comunicar.

Em se tratando de uma teoria de mudança, o autor define quais seriam os critérios que tal mudança deveria obedecer:

- a) a comunicabilidade deve ser preservada, limitando, assim, as mudanças possíveis;
- b) gramáticas praticam terapia e não profilaxia: a profilaxia poderia bloquear a mudança, pois daria vazão à opacidade derivacional em alguma área da gramática;
- c) gramáticas menos valorizadas são propensas à reanálise: a partir da idéia do uso da terapia em conjunto com a teoria interpretativa, existe a idéia de que uma teoria de gramática predirá quando uma mudança é adequada e o que ela deve atingir;
- d) certas mudanças terapêuticas são mais prováveis que outras, pois resolvem determinados “problemas”.

Pode-se também desejar uma teoria de mudança que especifique qual das mudanças possíveis é mais adequada, ou seja, qual das mudanças realiza a terapia desejada, resolve o problema existente e pertence à gramática mais valorizada. Lightfoot, apesar de discordar de Stockwell quando ele afirma que toda mudança sintática é motivada por questões fonéticas e/ou semânticas, admite que há casos em que a mudança fonética cria opacidade e esta pode ser eliminada por uma mudança sintática.

Enfim, Lightfoot consegue mostrar que os parâmetros devem ser selecionados na base de evidências simples, válidas para crianças e que problemas de mudança lingüística e de aquisição da linguagem estão intimamente relacionados.

3.3 Lingüística paramétrica

Tarallo e Kato (1989), na intenção de apresentar um modelo de análise lingüística que busca conciliar a Sociolingüística com a Teoria Gerativa, fazem um levantamento de algumas teorias como a de mudança proposta por Weinreich, Labov e Herzog (1968), que opõe a noção de heterogeneidade lingüística à disfuncionalidade da homogeneidade, típica da teoria gerativa. Além disso, citam as idéias de Borer (1984) que define a sintaxe gerativa como paramétrica, uma vez que se baseia não mais em regras, mas em princípios e parâmetros procurando, assim, resgatar a variação inter-lingüística.

Para Tarallo e Kato (1989), é possível se resgatarem as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as propriedades do modelo variacionista, ou, ainda, aproximar um modelo em função do outro. Desse modo, os autores acreditam na harmonia trans-sistêmica. Segundo eles é importante reconhecer que as línguas podem convergir em determinadas partes da gramática, revelando movimentos sincronizados e baseados no que os gerativistas denominam de propriedades paramétricas. Há, ainda, conforme os autores, uma outra forma de aproximar lingüística de probabilidades de lingüística paramétrica e de princípios através do

realinhamento de uma propriedade de um componente da gramática, do parâmetro sintático, por exemplo, a partir dos resultados probabilísticos sobre outro fenômeno variável presente em outra parte dessa gramática. (Tarallo e Kato, 1989)

A lingüística de probabilidades (sociolingüística) pode ser definida como uma lingüística que admite os termos “mais ou menos” enquanto que a lingüística paramétrica (gerativa) adota o princípio do “tudo ou nada”. A lingüística de probabilidades prevê como um dialeto de uma determinada língua, numa situação de contato, pode começar a realinhar

as propriedades de seus parâmetros sintáticos. Seguindo esse raciocínio, os autores enfatizam que resultados intra lingüísticos podem ser aproveitados para o realinhamento paramétrico num modelo inter-lingüístico.

De acordo com os autores, tanto os tipologistas (Greenberg, 1969; Keenan e Comrie, 1977, entre outros) quanto os universalistas (Chomsky) têm interesse em desvendar os parâmetros de variação nas línguas naturais; os primeiros, tentando determinar a variação lingüística possível e os últimos, tentando estabelecer princípios que determinam o limite dessa variação.

Ao formular a teoria de Princípios e Parâmetros, Chomsky (1981) propõe o parâmetro² do sujeito nulo (*pro-drop*), de acordo com o qual é possível estabelecer algumas propriedades relacionadas à possibilidade de uma sentença ter sujeito nulo e a de permitir a inversão livre do sujeito (catalão, italiano e espanhol). No entanto, essa relação passou a ser questionada quando, em 1982, Safir descobriu que há dialetos italianos que admitem a inversão livre do sujeito apesar de não permitirem sentenças com sujeito nulo. Além do mais, Safir também afirmou que o português, apesar de admitir sentenças com sujeito nulo, não permite que se realize a inversão livre do sujeito revelando que sujeito nulo e inversão do sujeito são parâmetros distintos não podendo, portanto, ser estabelecida uma correlação entre eles.³

Diante desses fatos, os autores propõem uma discussão considerando que:

a) deve-se levar em conta a heterogeneidade quando se analisa a ocorrência ou incidência da ordem VS, haja vista que este não é um fenômeno homogêneo como mostram alguns estudos;

b) os estudos de propriedades paramétricas não diferenciam línguas que admitem a ordem VS de outras, como o inglês; consideram que o fenômeno do sujeito nulo tem aplicação nos dois dialetos do português, no italiano e no espanhol, sem levar em conta a possibilidade de haver uma diferença quantitativa que pode aproximar o português, em certos fenômenos, de língua de sujeito não nulo como o francês, mais do que de línguas do mesmo parâmetro como o italiano e o espanhol.

² Segundo Comrie, parâmetro é uma propriedade que varia nas línguas naturais de forma significativa.

³ No caso particular do PB, como já foi mencionado no Capítulo II, a não-productividade da inversão livre do sujeito se dá devido à tendência que há em se preencher o sujeito. (cf. Tarallo & Kato, 1989)

Para os autores, a realização de um estudo sobre o fato de que a ordem VS não é um fenômeno homogêneo, subsidiará uma lingüística trans-sistêmica a partir do tipo de fenômeno VS que ocorre em cada língua em questão, além de prover dados que permitirão avaliar o grau de produtividade de cada uma das línguas. Já no segundo caso, a variação trans-lingüística poderá ser estudada não apenas em função de ocorrência qualitativa de um fenômeno, mas também de sua ocorrência quantitativa.

Como já foi comentado anteriormente, aplicando-se um estudo intra-lingüístico, seria possível explicar as diferenças do português em relação a outras línguas românicas por intermédio das propriedades paramétricas que apresentam. De acordo com alguns estudos realizados (Kato e Tarallo: 1986; Lira: 1982, 1996), o sujeito apresenta-se preferencialmente preenchido na língua portuguesa falada no Brasil. O uso freqüente de pronomes como você, vocês e a gente em posição de sujeito revelam o quanto o lugar do pronome reto é preenchido, ao contrário de outras línguas românicas em que se encontram categorias vazias. Além disso, o português brasileiro se diferencia das outras línguas pela gradativa substituição de pronomes acusativos (o) por formas nominativas (ele) ou sua completa elipse, o que não é comum em línguas românicas.⁴

Ao estabelecerem os parâmetros da língua portuguesa, Kato e Tarallo propõem que os sujeitos podem ser [+ / - nulos] e do tipo [+ / - clítico acusativo]. Caso a língua seja [+ clítico acusativo], ela terá V-front, obrigatoriamente. De acordo com os autores, uma língua admitirá inversão livre sempre que for do tipo + clítico acusativo e + sujeito nulo. Nesse caso, haverá construção anti-tópico com sujeito preenchido pela categoria vazia, pois supõe-se que o SN sujeito posposto esteja em posição não-argumental.

Kato e Tarallo (1989) reconhecem, ainda, que a gramática gerativa, a partir de 1981, atingiu um momento em que aqueles dados trans-lingüísticos e diacrônicos que antes não tinham sua importância reconhecida, agora assumem papel de destaque. Por isso, põem em evidência a importância da variação intra e da inter-lingüística:

a) Inter-lingüística: através do realinhamento dos parâmetros sintáticos que essa variação pressupõe e prevê, consegue informações cruciais em sua busca de refinamento de análise;

⁴ Ainda de acordo com Kato e Tarallo, pode-se atribuir a não produtividade do português brasileiro em relação à inversão livre ao uso, cada vez mais freqüente, de pronome pessoal sujeito preenchido.

b) Intra-lingüística: deixa de se perder em meandros de possíveis fatores condicionadores e, através das projeções da variação inter-lingüística, evita que se dê muita importância às estatísticas quando a organização dos dados, por si só, já é suficiente para antecipar a irrelevância dos fatores considerados.

Dessa forma, os autores defendem a idéia de que os resultados obtidos através do estudo de várias línguas sejam parametrizados e, assim, contribuam para o progresso no que tange aos estudos sobre lingüística.

Ramos (1999) abre uma discussão acerca do melhor termo a ser utilizado para definir-se este modelo que segundo ela, deve ser definido entre “sociolingüística paramétrica” ou “variação paramétrica”. Para a autora, não se deve questionar o termo “paramétrica” mas sim deve-se rever a aplicação do termo “sociolingüística”. Ela menciona Tarallo e Kato (1989) e as etapas enumeradas por eles, que envolvem um estudo sociolingüístico: descrição dos dados, análise dos dados e previsão de mudança e variação. Eles salientam que não importam os traços que as línguas apresentam porque elas podem convergir *em determinadas partes da gramática, revelando movimentos sincronizados e espelhados aos quais os gerativistas chamam de propriedades paramétricas.*

Ramos ainda faz questão de deixar bem claro que a sociolingüística paramétrica é um momento na investigação quando se aplica a teoria da variação a uma língua cujas propriedades podem ser descritas em termos de polarização: ausência/presença, forte/fraco sem que seja considerado o momento histórico ou a língua em questão, deixando claro também que Labov (1972) afirma que o objetivo não é o de formular uma nova teoria da linguagem, mas o de fornecer um novo método de trabalho.

No entanto, a autora discorda de Tarallo quando ele argumenta que “o nome não importa” porque, segundo ela, no interior da GG, ser uma propriedade paramétrica indica ser capaz de desvendar uma parte dos princípios da Gramática Universal. Para Ramos, somente quando o termo for considerado pré-teoricamente é que a terminologia não terá importância, como ocorre com Tarallo quando ele aponta Labov como alguém cujo trabalho evidencia e exemplifica uma propriedade paramétrica. Além disso, a identificação de propriedades paramétricas não acarreta obtenção de informações ou evidências a favor da GU.

Segundo Ramos, existem algumas inovações no âmbito da gramática gerativa:

a) aceitação de evidências de natureza quantitativa: deve-se considerar a frequência como identificador de tipos de mudança e como critério para identificar dados que contribuirão para a fixação de parâmetros;

b) restrição a dados introspectivos: é necessário que se julgue a gramaticalidade ou não de certos enunciados levando-se em consideração erros ou condições irrelevantes como limitações da memória e distrações.

c) rejeição à opcionalidade: segundo Chomsky (1995), todas as formas que apresentam menos economia lingüística deveriam ser excluídas e, dessa forma, a presença de opcionalidade acaba gerando um certo problema. Os gerativistas analisam como fatos lingüísticos os dados que refletem variação o que, de acordo com Sobin (1997, *Apud* Ramos), dá suporte à visão minimalista. Então, a partir do momento em que se aceita uma variação, rejeita-se a noção de opcionalidade, na medida em que mais de uma forma é aceita em um mesmo contexto. Em outras palavras, o usuário não opta por uma forma ao invés de outra, mas sim utiliza várias formas com um mesmo propósito. Desse modo, não se trata de opcionalidade, mas do emprego das formas disponíveis da língua para compor o enunciado.

A autora conclui dizendo que a variação no indivíduo está cada vez mais presente originando o que se chama de “diglossia interna” ou “gramáticas em competição” (Kroch, Pintzuk). De acordo com a autora, os trabalhos desenvolvidos por Labov, Kroch e outros, não exemplificam estudos sociolingüísticos levando-se em conta a metodologia apresentada; mostram, sim, um salto qualitativo uma vez que através da sistematicidade se manifestam propriedades abstratas da gramática. Assim sendo, a autora prefere usar o termo “variações paramétricas” a adotar o termo “sociolingüística paramétrica”, além de sugerir que o termo paramétrica seja utilizado somente no sentido pré-teórico.

A mudança da terminologia “Sociolingüística Paramétrica” para “Variações Paramétricas” proposta por Ramos parece ser coerente, uma vez que se está lidando com

fenômenos que podem constituir variações nos parâmetros da língua, enquanto que a sociolingüística paramétrica é, segundo a autora “um momento da investigação”.

Além disso, a autora defende a idéia de que a sociolingüística (paramétrica) tem por objetivo “recuperar / explicitar o reconhecimento da força dos fatores internos, do aspecto formal da gramática”, razão pela qual ela afirma ser lingüística e não sociolingüística.

3.3.1 Alguns estudos de variação paramétrica

Esta seção visa a fazer um levantamento a respeito de alguns dos inúmeros estudos que vêm sendo realizados acerca das variações constatadas no que se refere ao sujeito no PB, sob a perspectiva paramétrica. Dentre eles, apresentarei a seguir alguns resultados de pesquisas desenvolvidas sobre este assunto e que serviram como embasamento para meu trabalho.

Kato (1996) fez uma retrospectiva, através de uma mesa –redonda, do programa de pesquisa que desenvolveu no Brasil junto a Tarallo, em 1989, cuja abordagem, segundo ela, “ficou conhecida sob o infeliz rótulo de sociolingüística paramétrica”. Na época, a autora afirma que a intenção era a de investigar as variações internas ocorridas no PB, aplicando o modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky,1981). Ela salienta que, apesar de terem recebido algumas críticas tanto por parte de gerativistas quanto por parte de variacionistas, hoje suas idéias são bem aceitas por ambos.

A pesquisa de Kato e Tarallo teve início com uma investigação diacrônica sobre a pronominalização no PB, proposta por Tarallo. Na época, Kato (1981) escrevera um trabalho sobre as relativas padrão e não-padrão onde propunha que:

a) a hierarquia de relativização proposta por Keenan e Comrie (1977)⁵, postulada para a variação inter-lingüística, é obedecida pela variação encontrada no indivíduo. Tal hierarquia prediz que no caso de línguas que relativizem objeto indireto, elas relativizarão

⁵ Segundo a proposta de Keenan e Comrie (NP Accessibility and universal grammar, *Linguistic Inquiry*. 1977. 8:63-100), há uma hierarquia universal de acessibilidade para a relativização do seguinte tipo:

SUJ > OBJ > OI > OBL > GEN > COMP

todas as categorias à esquerda (OBJ e SUJ), segundo a mesma estratégia. Essa tese foi aplicada ao PB:

- (5) a. O livro **cuja** capa está rasgada. (relativa padrão)
- b. O livro **que** a capa **dele** está rasgada. (relativa resumptiva)
- c. O livro **que** a capa ϕ está rasgada. (relativa cortadora)

b) observou que existe correlação entre as diferentes estratégias de relativização (5) e de pronominalização (6):

- (6) a. Essa moça, eu **a** vi ontem. (clítico acusativo)
- b. Essa moça, eu vi **ela** ontem. (pronome forte)
- c. Essa moça, eu vi ϕ ontem. (objeto nulo)

c) estratégias pronominais e de relativização definiriam não apenas tipos de línguas mas tipos de falantes/ gramáticas na mesma comunidade.

Para testar essas hipóteses, Tarallo empreende uma pesquisa quantitativa no PB (1983), em dados diacrônicos, da qual extrai os seguintes resultados:

- a) o PB está perdendo a relativa-padrão, aparecendo, em seu lugar, a forma inovadora;
- b) o PB tende a perder o sujeito pronominal e a esvaziar o pronome objeto;
- c) o tipo de relativa e a forma de pronominalização encontram-se encaixados na mesma mudança gramatical;
- d) nas relativas não padrão o **que** não é um pronome relativo, mas um complementador; na mudança, o que ocorreu foi a perda de movimento do elemento-Q.

Tais resultados levaram Kato e Tarallo a investigar por que haveria uma correlação entre o tipo de relativa e o tipo de objeto anafórico e também a querer saber o que há de

comum entre o esvaziamento do sujeito e o preenchimento do objeto. Uma das hipóteses levantadas por Kato e Tarallo, na época, foi a de que o PB estaria perdendo o sujeito nulo e o sistema de clíticos, o que permitiria uma substituição de (6a) por (6b) e (6c).

Os autores propuseram ainda a perda do indefinido **se** como parte da perda do sistema de clíticos, e sua substituição por sujeitos preenchidos ou pelo sujeito nulo.

(7) a. Para isso, ferve-**se** o leite.

(8) b. Para isso, **vo**cê ferve o leite.

c. Para isso, **eu** ferve o leite.

d. Para isso, **a gente** ferve o leite.

e. Para isso, ϕ ferve o leite.

O resultado da pesquisa mostra que o PB está perdendo o clítico indefinido e que a forma mais produtiva é a (8) b, o que confirma a tendência de preencher o sujeito no PB, observada por Tarallo (1993).

Em um outro momento, Kato e Tarallo (1984/1992) fazem um estudo sobre as respostas curtas a perguntas sim/não do PB. Segundo os autores, somente as línguas que permitem respostas curtas com verbo flexionado permitem a ocorrência de argumentos nulos.

Ao trabalharem com a noção do parâmetro do sujeito nulo como uma propriedade que define um tipo de gramática que apresenta não só sujeitos nulos, mas também a possibilidade de inversão verbo-sujeito (VS), os autores estudaram que tipos de inversão o PB poderia apresentar, chegando assim a três conclusões:

a) VS no PB tem como restrição a monoargumentalidade, tanto em construções V1 (verbo em primeira posição), quanto em V2 (verbo em segunda posição) ou construções de antitópico (deslocamento à direita = DD).

b) Ainda existe VS no PB porque, embora esteja perdendo o sujeito nulo pronominal, seu expletivo ainda é categoricamente nulo:

(9) a. Eu comi / você comeu / ele comeu

b. ϕ choveu / ϕ parece noite. / ϕ chegou uma carta.

c) uma vez que diferentes construções (V1, V2 e DD) podem ser afetadas pela monoargumentalidade, a restrição pode ser de ordem prosódica.

Segundo Kato, Tarallo (1987) pode ser considerado um manifesto sobre a possibilidade de se aliar a teoria de Princípios e Parâmetros à metodologia da variação. Por fim, Kato e Tarallo (1989) retomando a proposta metodológica de Tarallo (1997), acabam por usar o parâmetro que define as línguas com sujeito nulo e inversão VS como meio de encontrar questionamentos a respeito do *corpus* do PB. No entanto, deixam claro que

A visão paramétrica pode não dar conta de línguas que diferem, não na possibilidade de terem ou não uma ou mais propriedades, mas que se distingam entre si pela quantidade maior ou menor da manifestação de um fenômeno. Seria o caso do pronome sujeito nulo. Enquanto línguas como o italiano e o espanhol procuram seguir ao máximo o princípio “Evite o Pronome”, outras são mais permissivas na violação desse princípio, como o PB.

Como já mencionei anteriormente, além de Kato e Tarallo, merece destaque o trabalho que vem sendo desenvolvido por Duarte, que vem chegando a resultados bastante significativos em torno do estudo do sujeito no PB.

Uma análise feita de forma diacrônica do PB (1995) permitiu a Duarte observar que o PB perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo *pro-drop* devido ao enfraquecimento da flexão, que era responsável pela identificação do sujeito nos casos em que este não era preenchido. No entanto, segundo a autora, o PB convive com um sistema “agonizante” em que ainda se observam características de uma língua *pro-drop*, uma vez que se pode encontrar tanto sujeitos preenchidos quanto nulos.

Duarte (1999) que também utiliza o modelo de variação paramétrica, faz uma análise da produção do sujeito na fala culta da região Sudeste, considerando o seu preenchimento ou nulidade. Ela leva em consideração para esta análise as hipóteses da teoria Gerativa e da análise nos moldes labovianos sobre a expressão nula/plena dos pronomes pessoais sujeito, concluindo que uma regra que é obrigatória nas línguas como o

português, italiano e espanhol passou a ser uma regra variável na fala culta da região Sudeste, indicando uma preferência pelo sujeito pleno sobre o sujeito nulo.

3.4 Considerações finais

Ao longo deste capítulo, procurei abordar aspectos referentes à teoria chomskyana com seu modelo de Princípios e Parâmetros, às teorias de mudança propostas por Labov e Lightfoot chegando ao levantamento de alguns estudos realizados em torno do sujeito no PB, considerando a variação paramétrica.

Na primeira seção, foi mostrada a visão de Chomsky e a teoria de Princípios e Parâmetros segundo a qual todas as línguas possuem princípios (invariáveis, portanto) e parâmetros que são responsáveis pelas diferenças entre as línguas. A existência dos parâmetros serve, assim, para diferenciar as línguas em termos de gramaticalidade enquanto que os princípios têm como função estabelecer o que é próprio de uma língua ou não.

Na seção sobre mudança lingüística são apresentadas duas teorias, a de Labov e a de Lightfoot. De acordo com o modelo laboviano, existe uma teoria de mudança lingüística cujos princípios baseiam-se no fato de a mudança não ser meramente o resultado de um processo, mas um processo de substituição, o que faz com que se possa ter contato com o caráter heterogêneo da língua. Além disso, deve-se considerar que há uma relação direta entre a geografia dialetal, a sociolingüística e a lingüística histórica. Ainda segundo Labov, os processos de mudança estão sujeitos a estímulos e restrições da sociedade e da estrutura da língua, não deixando de levar em conta seu componente social.

Lightfoot, por sua vez, estabelece uma relação entre os processos de mudança e a aquisição da língua. Segundo o autor, é necessário que, durante esses processos, seja respeitado o Princípio da Transparência, responsável por controlar suas etapas para que a mudança não atribua à língua um grau de opacidade tão elevado que prejudique a compreensão do enunciado.

Por último, evidencia-se a importância da união do gerativismo com a sociolingüística através dos estudos sobre sujeito no PB, realizados sob a ótica da parametria. É possível constatar que ambos, gerativismo e sociolingüística, complementam-

se, uma vez que a partir da união entre eles a língua passa a ser compreendida como um componente da sociedade e não como um mero conjunto de regras sendo capaz, então, de provocar mudanças e de se modificar.

Capítulo IV

Procedimentos Metodológicos

4.0 Introdução

Este capítulo tem como objetivo mostrar os procedimentos metodológicos que permearam minha pesquisa em torno do estudo do sujeito em enunciados proferidos por crianças e adolescentes de Florianópolis, formandos das Séries Iniciais, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Primeiramente, apresento as etapas que fizera com que eu obtivesse os dados que constituíram o *corpus* a ser analisado. Em seguida, é feita a caracterização dos informantes com base em informações obtidas através de um questionário social¹. Por último, apresento alguns exemplos retirados do *corpus* que constituí após a coleta dos dados, bem como os grupos de fatores que servirão de base para a análise que será feita durante as rodadas estatísticas cujos resultados serão apresentados nos Capítulos V e VI.

4.1 A Pesquisa

Meu interesse pelo estudo do sujeito teve início após a leitura de alguns textos que apresentavam resultados obtidos por Duarte, vindos da análise da produção linguística de informantes adultos, considerando o preenchimento ou não do sujeito. Além disso, o contato com textos que apontavam para a relação entre a possibilidade de inversão do sujeito com o seu preenchimento foram decisivos na seleção dos fatores que decidi analisar.

A partir daí, despertou-me a curiosidade de saber como se comportava, linguisticamente falando, o sujeito utilizado por crianças e adolescentes e, então, decidi

¹ Apresentado em anexo

investigar o sujeito quanto à ordem e o preenchimento na produção tanto oral quanto escrita de informantes bem mais jovens (de 10 a 17 anos) que aqueles utilizados na pesquisa de Berlinck (1989), Lira (1982; 1996), Coelho (2000) e Duarte (1995), entre outras. A preferência por informantes que freqüentam a escola deveu-se ao interesse de verificar até que ponto ela, em seus vários níveis (Séries Iniciais, Ensino Fundamental e Ensino Médio), é capaz de exercer algum tipo de influência na ordem do sujeito ou, ainda, no seu preenchimento.

Dei início à pesquisa agendando junto aos professores de cada turma (4ª Série, 8ª Série e 3ª Série do Ensino Médio) um horário para que pudesse conversar com os alunos; além disso, cada professor indicou alguns alunos que, segundo eles, não fariam objeções a dar entrevistas e nem a redigir textos.

Assim, cada aluno preencheu um Questionário Social com seus dados pessoais e, de posse de um míni-gravador, pedi que falassem a respeito de alguém ou de um lugar do qual gostassem, que narrassem uma aventura ou qualquer fato acontecido com eles, que contassem uma história que tivessem ouvido de algum amigo ou pessoa mais velha, que opinassem sobre algum assunto pelo qual tivessem interesse e, por último, que explicassem como se faz algo (alguns descreveram jogos, outros deram receitas culinárias etc.). Assim, obtive um texto oral de cada aluno que seria, mais tarde, comparado com o texto escrito produzido também por eles.²

Num outro momento, alguns dias depois, reunimo-nos novamente. Dessa vez, eles teriam que produzir os “mesmos” textos, de forma escrita. No começo, senti um pouco de resistência por parte deles mas, depois, percebi que gostaram bastante da experiência.

4.2 Caracterização dos Informantes

Os informantes, num total de doze (metade de cada sexo), que forneceram dados para compor o *corpus* analisado, de acordo com as respostas dadas ao questionário social, têm o seguinte perfil:

² Adotei a metodologia utilizada pelo grupo “Discurso e Gramática”, do Rio de Janeiro, para coletar os dados que analisei durante esta pesquisa.

a) Idade / Escolaridade / Sexo

Idade / Escolaridade	Masculino	Feminino
10 anos (4 ^a série E.F.)	02	02
14 anos (8 ^a série E.F.)	02	02
17 anos (3 ^a série E.M.)	02	02
Total	06	06

b) Hábito de Leitura dos Informantes

Costumam ler jornais	03
Costumam ler revistas	09

c) Assuntos sobre os quais mais gostam de falar

Atualidades	05
Todos	03
Filmes	02
Amor	02

4.3 O Corpus

O *corpus* analisado constitui-se de sessenta textos, sendo trinta escritos e trinta orais, abrangendo descrição, narração de um fato vivenciado pelo informante, narrativa recontada, relato de procedimento e, por último, relato de opinião. A partir desses textos,

analisei, quanto à ordem e ao preenchimento, 1604 ocorrências de sujeito, dentre as quais, as que exemplifico a seguir:³

Texto Escrito	Texto Oral
<p>1. Pode-se caminhar sobre graminhas verdinhas com listras brancas. (...) E para completar é cultivada uma horta com temperos e chás. (eF3d)</p>	<p>1. O jardim, né, é a parte que eu mais gosto da minha casa. Quando eu entro, eu posso perceber grammas verdes e no centro tem grammas listradinhas brancas. (fF3d)</p>
<p>2. O meu dia inesquecível foi em 1997, eu tinha dez anos e estava na 4ª série. Fomos fazer uma viagem de estudos para Laguna. A princípio, uma grande ansiedade de todos e a expectativa de um grande passeio. Saímos do colégio umas 08:00 horas e chegamos aproximadamente 10:30. Visitamos o Tratado de Tordesilhas e depois fomos almoçar no restaurante de um hotel. (eM8p)</p>	<p>2. Eu fiz na 4ª série, né, um passeio com o colégio que foi uma viagem de estudos pra Laguna. Foi um passeio assim que foi muito bom que a gente passou o dia inteiro lá. A gente saiu do colégio assim de manhã cedo, né, chegamo lá, mais ou menos umas 10 e meia, aí nós visitamo vários ponto turístico. Nós vimos assim, a casa de Anita, com várias estátuas. Nós vimos assim, no finalzinho da tarde (...) foi o passeio que eu não me esqueço até hoje. (fM8p)</p>
<p>3. Meu quarto é simples, mas é bem confortável. Meu quarto é um lugar amplo, de vez em quando não tem como não deixar ele bagunçado. <i>No meu quarto</i> tem de tudo que eu quero: som, televisão, computador. <i>Meu quarto</i> tem tudo isso. (eF4d)</p>	<p>3. Meu quarto é simples, mas muito confortável. Ele é um lugar muito amplo. O que eu mais gosto nele é o som, a escrivaninha e o computador; mas o que eu mais gosto mesmo de lá, de fazer lá é escrever e ler. (fF4d)</p>
<p>4. Um dia, quando estava no meu quarto, junto com minha irmã, ela me contou esta história: Santa Terezinha do Menino Jesus certa vez, quando tinha lá seus 13 anos, já gostava de fazer o bem e ajudar os outros; quem não aprovava a idéia era seu pai, que temia pela saúde da filha (...) (eF8r)</p>	<p>4. A história que eu vou conta é de Santa Terezinha do Menino Jesus que ela foi santificada não faz muito tempo. Quando ela era, desde pequenininha ela já gostava de fazer o bem, então ela ajudava as pessoas e tinha assim, perto da casa dela tinha pessoas que eram pobres e que ela gostava de levar pães pra essas pessoas. Mas quem não gostava era o pai dela que ele tinha medo porque ela era frágil, ela tinha uma saúde muito frágil. (fF8r)</p>
<p>5. Coloque num recipiente duas xícaras de</p>	<p>5. O que eu sei fazer bem é nega maluca. Eu</p>

³ Fala (f) escrita (e); o segundo elemento, sexo (M / F); o terceiro elemento, faixa etária 4 (10 anos – 4ª série), 8 (14 anos – 8ª série), 3 (17 anos – 3ª série do ensino Médio) e o último elemento, tipo de texto (d) descrição, (p) narrativa pessoal, (r) narrativa recontada, (m) relato de procedimento, (o) relato de opinião.

<p>açúcar, uma xícara de óleo, dois ovos e mexa bem. Depois acrescenta uma xícara de Nescau e uma xícara de água fervendo, misture novamente e acrescenta três xícaras de trigo, uma pitada de sal e por último o fermento, mexa bem até que forme uma massa bem homogênea. Unte uma forma com óleo, passe trigo, despeje o bolo e asse em forno médio. (eF8m)</p>	<p>coloco trigo, três xícaras de trigo, daí depois eu coloco uma xícara de água fervendo, uma xícara de Nescau, coloco três xícaras de açúcar, depende daí dois ou três ovos, daí eu coloco fermento, daí não tem a medida exata de tudo, assim porque às vezes eu vou colocando até a massa ficar boa. Pra cobertura é a mesma coisa. Só coloco leite, açúcar e o fogo que se encarrega do resto. (fF8m)</p>
--	--

4.4 Grupos de Fatores

Tendo como variáveis dependentes a ordem e o preenchimento dos sujeitos nos enunciados proferidos por crianças e adolescentes de Florianópolis, busquei estabelecer quais fatores lingüísticos e sociais poderiam contribuir para a caracterização do sujeito utilizado por esses informantes, na fala e na escrita. Assim, pude constatar de que forma a ordem e o preenchimento – já analisados a partir de dados provenientes de informantes adultos – aparecem em contextos cujos informantes pertencem à faixa etária de 10 a 17 anos. Para tanto, julguei importantes os grupos de fatores descritos a seguir:

4.4.1 Grupos de Fatores Lingüísticos

4.4.1.1 Variáveis Dependentes

4.4.1.1.1 A Ordem do sujeito

Observando a ordem na qual o sujeito poderia se apresentar, procurei observar até que ponto os resultados encontrados por Coelho (2000) são aplicáveis também aos dados fornecidos por informantes jovens, ou seja, meu objetivo é verificar quais contextos ainda favorecem a ordem V DP no PB.

4.4.1.1.2 O Preenchimento do sujeito

Esta variável serviu para que se constatassem as diferenças em termos de preenchimento do sujeito, na fala e na escrita. Busquei observar até que ponto a hipótese de Duarte (1995) de que o PB se encontra em uma fase de transição entre ser ou não uma língua com características de língua *pro-drop* é observável também com informantes jovens.

4.4.1.2 Variáveis Independentes

Considerando as variáveis dependentes *ordem e preenchimento do sujeito*, analisei a possível relação existente entre essas variáveis e os seguintes grupos de fatores, a fim de poder estabelecer de que maneira e em quais casos os grupos de fatores são condicionadores ainda da ordem não canônica V DP e da nulidade do sujeito.

1) Grupos de fatores lingüísticos:

- Tipo de texto: falado ou escrito;
- Modalidade de texto: narrativa pessoal, narrativa recontada, descrição, relato de procedimento, relato de opinião;
- Forma de realização do sujeito: pronome pessoal, pronome relativo, SN pleno, sujeito oracional, pronome indefinido, pronome demonstrativo ou verbo;
- Pessoa do discurso: primeira, segunda ou terceira;
- Estrutura sintática da oração onde se encontra o sujeito: oração absoluta, oração principal, oração coordenada 1, oração coordenada 2, subordinada relativa, adverbial ou substantiva;
- Tipo de verbo: transitivo, intransitivo ou inacusativo;
- Traços de animacidade do sujeito: [+ animado] [- animado];

2) Grupos de fatores sociais:

- Sexo;
- Faixa etária / escolaridade.

4.5 Considerações Finais

Os informantes foram selecionados entre crianças e adolescentes que estavam cursando o último ano das séries iniciais, ensino fundamental e ensino médio para que se pudesse investigar se há também alguma influência do nível de escolaridade em relação à ordem e ao preenchimento do sujeito. Aliada à escolaridade, está a faixa etária de 10, 14 e 17 anos que corresponde, respectivamente, à 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Meu enfoque maior será sobre os grupos de fatores idade / escolaridade, juntamente com a utilização simultânea de textos falados e escritos, uma vez que esses dois grupos

diferenciam minha pesquisa de outras já realizadas por Berlinck (1988), Coelho (2000) e Duarte (1995). Buscarei, assim, investigar se há mudança em tempo aparente ou não, procurando, também, observar uma possível relação entre a ordem e o preenchimento do sujeito e considerando, também, a fala e a escrita.

Após a análise dos grupos de fatores apresentados e a codificação dos dados conseguidos a partir das entrevistas e dos textos redigidos pelos informantes, foi utilizado o programa computacional VARBRUL (Pintzuk, 1988), para que se fizessem as rodadas estatísticas e se obtivessem os resultados apresentados nos capítulos a seguir.

Capítulo V

A ordem do sujeito no PB de Florianópolis: sua (in)variabilidade

5.0 Introdução

O presente capítulo traz os resultados obtidos acompanhados de sua análise e discussão das rodadas estatísticas realizadas através do programa VARBRUL. Serão discutidos esses resultados estatísticos com base nos dados fornecidos por crianças e jovens de Florianópolis. Diferentemente de outros estudos já realizados sobre a ordem do sujeito (Berlinck, 1988 e Coelho, 2000) com informantes maiores de 25 anos, minha pesquisa se baseia em dados de informantes com 10, 14 e 17 anos de idade, cursando, respectivamente, a 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Meu intuito é o de observar que fatores são importantes para que a ordem não canônica (V DP) ainda resista no PB de Florianópolis. Feito isto, o último passo será comparar os resultados com outros, obtidos por pesquisadores a partir de informantes adultos para aí, sim, poder afirmar se há ou não uma mudança e, em caso afirmativo, de que forma ela se processa.

5.1 Descrição e análise dos resultados

Os resultados provêm da análise dos dados obtidos a partir dos grupos de fatores relacionados na seção 4.4. Ao todo, foram computados 1604 dados (800 referentes a textos

escritos e 804 a textos orais), dos quais foram obtidas, apenas, 24 ocorrências de posposição¹, o que corresponde a 1% dos sujeitos apresentados, constatando-se, então, como já era esperado², que a ordem V DP praticamente não ocorreu nos textos analisados.

Buscando uma explicação para este resultado, passei a analisar, estatisticamente, os grupos de fatores que haviam sido selecionados pelo programa estatístico como mais relevantes considerando-se o *corpus* em análise, para a ocorrência da ordem V DP. Dos grupos analisados, foram selecionados três, por ordem de significância:

1º) tipo de verbo;

2º) idade / escolaridade e

3º) forma de realização do sujeito.

5.1.1 O tipo de verbo

Os verbos presentes nas sentenças cujo sujeito é posposto, foram classificados como inacusativos, intransitivos e transitivos³.

Antes de se dar prosseguimento à análise, faz-se necessário esclarecer um pouco mais a respeito dos verbos inacusativos.

Os verbos inacusativos, assim como os intransitivos, são monoargumentais e, muitas vezes, esse é um fator que pode dificultar sua classificação. Devido a isso, Nascimento (2002) busca explicar algumas diferenças entre os verbos inacusativos e intransitivos. Considerem-se os exemplos citados pela autora:

¹ Cf. anexo

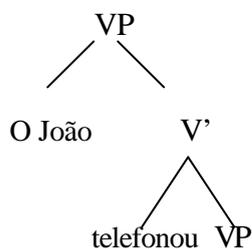
² Em estudo realizado por Coelho (2000), acerca da ocorrência da ordem V DP em construções monoargumentais no PB, utilizando 2033 dados, foi constatado um percentual de frequência de 32%, para dados obtidos a partir de informantes adultos.

³ Não foi encontrado nenhum caso de ordem V DP, nas 787 ocorrências com verbo transitivo.

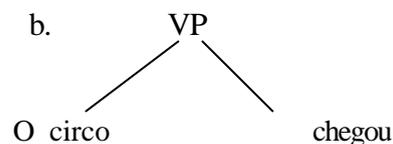
(1) a . O João telefonou.

(2) a . O circo chegou.

b.



b.



Segundo ela, em (1) temos um verbo intransitivo, pois o argumento *O João* se apresenta como especificador de VP (*Verbal Phrase*); já em (2), está representada a estrutura de um verbo inacusativo, em que *o circo* não é especificador, mas sim, complemento de VP que, por ser assim, é uma categoria irmã do núcleo V, que pode ser projetada à direita ou à esquerda do verbo.

Além disso, Nascimento chama a atenção para o fato de podermos, a partir de um verbo intransitivo, formar uma estrutura oracional pois, segundo Chomsky (1995) os “intransitivos são transitivos ‘mascarados’, isto é, são implicitamente transitivos, pois podem equivaler a um complexo [V+AI], que formaria o VP como em

(3) a . João mentiu.

b. João disse mentiras.

Dessa forma, (3 a) resultaria da possibilidade de que os verbos intransitivos são formados a partir da incorporação de objetos (lexicais ou nulos) ao verbo.

Outra característica que diferencia os verbos inacusativos dos intransitivos é o traço da agentividade. Os verbos intransitivos exigem argumentos [+agentivo] que são projetados no especificador de VP; enquanto que os verbos inacusativos selecionam argumentos [-agentivo] que acabam sendo projetados no VP lexical. Nos exemplos a seguir, *o circo* não pode ser argumento de *telefonou*,⁴ pois esse verbo, por ser intransitivo, exige argumento [+agentivo]; no entanto, como *chegou* não seleciona argumentos com traço positivo para a agentividade, ele é classificado como inacusativo:

⁴ A não ser por metonímia, no sentido de *Alguém do circo telefonou* ou *Telefonaram do circo*.

- (4) a . A Maria telefonou.
- b. * O circo telefonou.
- c. A Maria chegou.
- d. O circo chegou.

Além dessas, a categoria do argumento selecionado também serve para diferenciar intransitivos de inacusativos. Isto ocorre porque, enquanto o argumento de um verbo intransitivo é sempre um DP (*Determiner Phrase*), o de um verbo inacusativo não é necessariamente um DP.

Dentre os verbos inacusativos que selecionam DP, temos os existenciais, que têm a função apresentativa, ou seja, introduzem um sujeito no discurso (5 a), (5b) e (5c) e os não-existenciais, que podem ser apresentativos (apresentar alguém ou algo na situação) e incoativos (indicam o início da ação ou do processo) (6a), (6b) , (6c; 6d).

- (5) a . Existem alguns livros velhos naquela biblioteca.
 - b. Há alguns livros velhos naquela biblioteca.
 - c. Tem alguns livros velhos naquela biblioteca.
-
- (6) a . Apareceram caras bonitas naquela foto.
 - b. Chegaram umas cartas na minha caixa.
 - c. Floresceram umas azaléias lá em casa.
 - d. Umas azaléias floresceram lá em casa.

Nascimento (2002) ainda destaca que há verbos inacusativos que, além de poderem ou não selecionar um argumento DP, podem ter como argumento um CP (*Complementizer Phrase*) ou SC (*Small Clause*) ou, ainda, outro tipo de argumento complexo:

- (7) a . Acontece [que o João sumiu.]
 - b. Parece [que existem camelos no deserto]
-
- (8) a . O Pedro deve cantar.
 - b. O Pedro está uma fera.

Agora, pode-se, então, passar à análise dos resultados obtidos nesta pesquisa, quanto ao grupo de fatores tipo de verbo, que apontaram para os seguintes números:

TIPO DE VERBO	APL./TOTAL	%	PR
inacusativo	23 / 538	4	.69
intransitivo	1 / 284	0	.19
Total	24 / 822		

Tabela 5.1: Frequência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o grupo de fatores tipo de verbo.

Apesar das poucas ocorrências de ordem V DP, na tabela 5.1 constata-se a forte relação entre a inacusatividade do verbo e a ordem posposta, uma vez que essa ordem ocorreu quase que exclusivamente com verbos inacusativos, como nos exemplos:

- (9) a saiu **eu, meus amigos, minha irmã e o namorado dela.** (e4Fp)
 b. ... e de repente, passaram-se **anos.** (fF3r)
 c. Lá aconteceu **algo engraçado.** (fF3p)

A não ocorrência de ordem V DP com verbos transitivos nos remete à discussão feita por Berlinck (1989), segundo a qual há uma menor probabilidade de ocorrência de V DP com verbos transitivos devido ao risco de se obterem sentenças ambíguas. Tal ambigüidade seria gerada a partir do momento em que pudessem ocorrer dificuldades na identificação do sujeito e objeto. Assim, em sentenças como

- (10) **Isto** sustenta a união. (eF8o)

poderiam surgir dúvidas no momento de se identificar o sujeito e o objeto, justificando a necessidade de se considerar e utilizar, com verbos transitivos, a ordem canônica S V O.

Já a dificuldade de se encontrar a ordem V DP com verbos intransitivos pode ser explicada a partir da hipótese de Chomsky (1995, *apud* Nascimento) de que os intransitivos contêm resquícios dos verbos transitivos que os originaram. Para ele, segundo já foi discutido no início desta seção, a intransitividade resulta da incorporação do objeto ao verbo, como ocorreu no exemplo (3).

5.1.2 Faixa Etária / Escolaridade

Em meu trabalho, o fator escolaridade está relacionado à faixa etária, uma vez que a idade dos informantes coincide com a escolaridade. Este foi o segundo fator mais importante para o condicionamento da ordem V DP no PB de Florianópolis selecionado pelo programa VARBRUL. Foram registrados, para este grupo de fatores, os seguintes resultados:

Faixa etária / escolaridade	Apl. / Total	%	PR
17 anos (3º EM)	14 / 492	3	.69
14 anos (8ª EF)	7 / 720	1	.42
10 anos (4ª EF)	3 / 392	1	.38
Total	24 / 1604		

Tabela 5.2: Freqüência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o grupo de fatores faixa etária / escolaridade

Todos os informantes produziram textos orais e escritos nas mesmas modalidades (descrição, narrativa pessoal, narrativa recontada, relato de procedimento e relato de opinião) e, conforme os resultados apresentados, pode-se afirmar que os informantes mais velhos são mais propensos à realização de sujeitos pospostos do que os mais jovens. Isso nos leva a concluir que, como a tendência é que haja uma diminuição do uso da ordem posposta com o decréscimo da faixa etária, podemos estar diante de um processo de mudança em tempo aparente,⁵ uma vez que, no PB de Florianópolis, as pessoas mais jovens estão utilizando cada vez mais a ordem canônica DP V, deixando de lado a possibilidade de posposição.

⁵ O que poderia ser confirmado considerando-se informantes maiores de 17 anos e os diferentes tipos de amostras.

5.1.3 Forma de realização do sujeito

O terceiro e último grupo de fatores significativo que foi selecionado pelo programa VARBRUL para análise da ordem, neste trabalho, foi a forma de realização do sujeito. Os resultados da rodada estatística estão representados na tabela a seguir:

Forma de realização do sujeito	Apl. / Total	%	PR
Sintagma pleno	18 / 385	5	.72
Pronomes indefinidos ⁶	1 / 34	3	.59
Outros pronomes ⁷	5 / 543	1	.34
Total	24 / 962		

Tabela 5.3: Frequência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o grupo de fatores forma de realização do sujeito.

Os resultados mostram que, além do tipo de verbo e da faixa etária/escolaridade, outro grupo de fatores que é importante no condicionamento da ordem V DP é a existência de sintagmas plenos, enquanto que o uso de pronomes parece desfavorecer essa ordem.

De acordo com Lyons (1978), ‘referência’ é um termo ligado “à relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares de sua iniciação”.

Dentre as várias considerações que faz sobre referência, o autor explica que há expressões singulares e expressões gerais (que são mais complexas) e que fazem parte da chamada referência singular definida. Tais expressões podem ser definidas quando se referem a um indivíduo específico (ou classe de indivíduos) ou indefinidas, quando não se referem a um indivíduo ou classe específica.

As expressões referenciais singulares definidas que Lyons menciona podem, segundo ele, ser representadas por *sintagmas nominais definidos*, *nomes próprios* ou *pronomes pessoais* . Segundo Lyons, Russell (1905) classificou os sintagmas nominais definidos como “descrição definida” a partir da qual é possível identificar um referente “

⁶ Apesar de ter sido uma das formas apontadas pelo programa como responsável pela ocorrência da ordem VDP, é necessário que se leve em conta o reduzido número de dados com esse tipo de pronome.

⁷ Devido ao pequeno número de ocorrência desses pronomes, amalgamaram-se, dentro da categoria “outros pronomes”, todos os tipos de pronomes, exceto os indefinidos.

não só nomeando-o, mas também fornecendo ao auditor ou leitor uma descrição suficientemente pormenorizada no contexto de enunciação particular, que permita distingui-lo de todos os outros indivíduos no universo do discurso”. Russell complementa afirmando que o sucesso da referência depende da escolha da expressão referencial por parte do locutor para que, ao ser empregada respeitando as regras do sistema lingüístico, ela dê condições de o auditor selecionar o referente adequado dentre os referentes potenciais.

Assim, o fato de se ter maior número de sujeitos pospostos constituídos de sintagmas plenos talvez possa ser explicado a partir do momento em que se sabe que deve existir uma preocupação do locutor em dar condições para que o ouvinte ou leitor compreenda seu enunciado. Dessa forma, o grau de informatividade de um sintagma pleno, por ser maior em relação ao de um pronome e evitar, em alguns casos sentenças ambíguas, pode ser o responsável pelo maior número de ocorrências de sujeito em ordem VDP.

5.2 Comparando Resultados

Na busca pela compreensão do fenômeno da ordem em três momentos distintos (séculos XVIII, XIX e XX), Berlinck (1989) observou que, no século XX, o fator mais importante na compreensão da ordem foi justamente a transitividade do verbo, enquanto que nos séculos XVIII e XIX foram o status informacional do SN e o tipo de predicador, respectivamente. Portanto, na medida em que os *corpora* analisados por Berlinck se aproximavam do momento sincrônico, o fator transitividade do verbo se tornava mais significativo.

Os resultados de Berlinck (1989), considerando vários momentos, já indicavam um desaparecimento gradual da ordem V DP com verbos transitivos, como pode ser observado através da tabela a seguir:

Transitividade	Séc. XVIII		Séc. XIX		Séc. XX	
	%	Apl. / Total	%	Apl. / Total	%	Apl. / Total
Intransitivo existencial	100	14 / 14	97	30 / 31	99	322 / 326
Intrans. não-existencial	59	40 / 68	47	36 / 76	46	127 / 272
Verbo de ligação	47	67 / 144	30	40 / 133	23	107 / 456
Expressão fixa	47	16 / 34	28	9 / 32	13	10 / 76
Transitivo indireto	34	27 / 79	36	33 / 91	8	8 / 91
Transitivo direto	34	40 / 118	21	20 / 96	3	11 / 343
Bi-transitivo	30	13 / 43	15	6 / 41	0	0 / 22

Tabela 5.4: Frequência de V DP segundo a transitividade do verbo nos três corpora. (Cf. Tabela 05, de Berlinck, 1989, p. 102)

Os resultados com relação ao tipo de verbo que favorece a ordem V DP assemelham-se àqueles obtidos por Coelho (2000), sendo que, em ambos os casos, houve a constatação de que o verbo que mais licencia a ordem posposta é o inacusativo. Coelho obteve 41% de frequência V DP com inacusativos enquanto que, para os verbos intransitivos, a frequência ficou em apenas 3%, coincidindo, neste caso, com o percentual apresentado por Berlinck para os verbos transitivos diretos, na análise dos dados correspondentes ao século XX.

Tais resultados comprovam que, assim como já foi estabelecido por Coelho, a inacusatividade do verbo é um dos fatores que pode ser responsável pela presença de sujeitos pospostos.

Considerando o grupo de fatores faixa etária, Coelho (2000) procurou investigar se havia mudança em tempo aparente quanto à ordem do sujeito no PB. No entanto, segundo os dados analisados por ela, não se tratava de uma mudança deste tipo, uma vez que, na segunda faixa etária, houve um aumento do percentual, como mostra a tabela a seguir

Faixa etária	Apl. / total	%
1ª faixa (25 a 39 anos)	140 / 621	23
2ª faixa (42 a 50 anos)	175 / 460	38
3ª faixa (52 a 55 anos)	120 / 345	35
4ª faixa (59 a 76 anos)	201 / 607	33
Total	636 / 2033	32

Tabela 5.5: Frequência de ordem V DP segundo o grupo de fatores faixa etária (cf. Coelho, 2000)

Segundo Coelho, “essas diferenças podem ser mais significativas se investigarmos uma faixa etária mais jovem”; foi justamente isso que aconteceu nesta pesquisa e se pôde observar na tabela 5.2 Os resultados mostram um acentuado decréscimo no percentual de uso a ordem V DP entre jovens e crianças o que, agora, sim, pode indicar uma mudança em tempo aparente. Poder-se-ia, então, na tentativa de comparar os resultados numéricos obtidos por Coelho a partir da pesquisa com informantes adultos com aqueles da tabela 5.2⁸, traçar o seguinte gráfico:

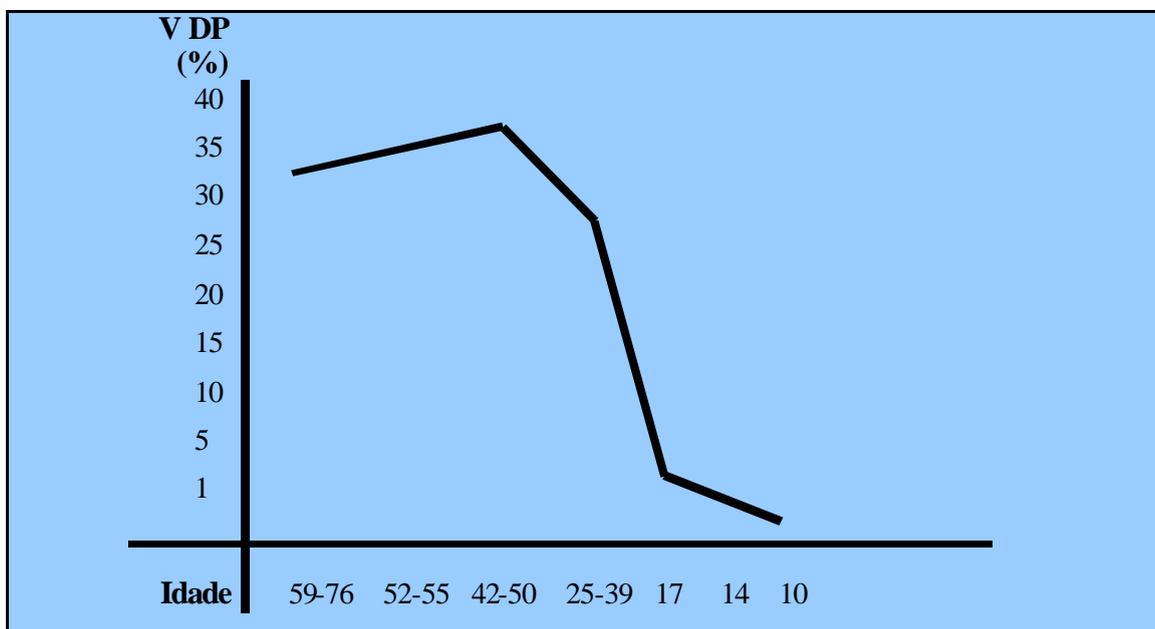


Gráfico 5.1: Percentual de uso da ordem V DP segundo o grupo de fatores faixa etária

⁸ Apesar de os dados analisados nos dois trabalhos serem distintos com relação à faixa etária dos informantes, ambos consideraram o sujeito utilizado por falantes de Florianópolis.

Ao compararmos os resultados de Coelho para informantes adultos com os deste trabalho realizado com jovens e crianças, fica bastante clara a mudança em tempo aparente que reduziu o percentual de ordem V DP a praticamente zero.

Por último, os resultados obtidos referentes à forma de realização do DP que apontaram para uma maior possibilidade de posposição quando o sujeito está representado por um sintagma pleno, confirmam hipóteses levantadas por Berlinck (1989), entre outros, quando ela afirma que sintagmas plenos favorecem a ordem V DP. Da mesma forma, os resultados obtidos por Coelho (2000) também apontam para um favorecimento da ordem V DP quando o sintagma é pleno, conforme a tabela a seguir:

Forma de realização do DP	Apl. / total	%	PR
Pronome pessoal	04 / 996	0,5	0.17
Pronome demonstrativo	10 / 51	20	0.26
Pronomes indefinidos	26 / 59	44	0.49
Sintagma pleno	602 / 927	65	0.85
Total	642 / 2033	32	

Tabela 5.6: Freqüência e probabilidade da ordem V DP segundo o grupo de fatores forma de realização do DP (cf. Coelho 2000:166)⁹

5.3 Considerações Finais

Assim como atestaram os resultados obtidos por Berlinck (1989) e Coelho (2000), em se tratando de adultos, há uma crescente redução no uso da ordem V DP, no PB, quando se trata de informantes mais jovens. A ordem canônica DP V está cada vez mais se solidificando, ficando o sujeito posposto restrito a contextos em que o sujeito tem estatuto de objeto. Entre os contextos que ainda favorecem a posposição do sujeito, por exemplo, está aquele em que o tipo de verbo é o inacusativo.

⁹ A autora esclarece que no fator ‘pronomes retos’ estão incluídos os pronomes *a gente* e *que*, além dos indefinidos reconhecidos pela gramática tradicional, estão também *tudo* e *todos* quando se referem a sintagma cujo núcleo nominal é lexicalizado.

A partir da análise do grupo de fatores faixa etária e a comparação com os resultados obtidos por Coelho considerando o mesmo grupo, foi possível afirmar que há um processo de mudança em tempo aparente, visto que a frequência e probabilidade de ocorrência de sujeitos pospostos diminuem na mesma proporção que a idade dos informantes.

A análise comparativa realizada com os resultados obtidos por Coelho (2000) tornou-se relevante devido ao fato de ela ter utilizado como informantes, adultos, o que veio complementar esta pesquisa cujos informantes eram crianças e adolescentes. Assim, foi possível investigar de que forma a ordem e o preenchimento do sujeito se apresentavam nas diferentes faixas etárias.

Por último, os SNs plenos também foram apontados como responsáveis pela ocorrência de sujeitos pospostos, assim como aconteceu na pesquisa de Coelho (2000). Este resultado pode estar relacionado ao grau de informatividade contido no DP e confirma as hipótese de Berlinck (1989) e Lira (1996) de que pronomes pessoais tendem a inibir V DP enquanto que SNs plenos favorecem a posposição do sujeito.

Capítulo VI

O sujeito no PB de Florianópolis: da nulidade ao preenchimento

6.0 Introdução

Neste capítulo, apresentarei os resultados obtidos através de rodadas estatísticas feitas pelo programa VARBRUL, analisando-os com a finalidade de estabelecer quais fatores estão condicionando, ainda, a ocorrência de sujeitos nulos no PB utilizado por crianças e adolescentes da região de Florianópolis.

Feito isto, após a apresentação dos resultados será feita a comparação com dados obtidos a partir de pesquisas realizadas por Duarte (1995), tendo como finalidade a comprovação da possível existência de uma mudança no PB de Florianópolis quanto ao preenchimento do sujeito.

6.1 Descrição e análise dos resultados

Novamente, foram analisados os mesmos 1604 dados, referentes a textos escritos e orais. O interesse desta etapa passa a ser o de comparar seus resultados com os resultados obtidos por Duarte (1995), com informantes adultos, de 25 a 74 anos, e, segundo ela, com “alto nível de escolaridade, usuários da norma culta em suas modalidades oral e escrita e leitores habituais”.

Na pesquisa realizada por Duarte (1995), 29% dos sujeitos, num total de 1424, eram nulos, sendo este resultado inicial compatível com o que é apresentado neste trabalho em que o percentual de ocorrência de sujeito nulo representa 33% de um total de 1604 dados.

Procurando investigar que fatores contribuem para a preservação do “Princípio Evite o Pronome” no PB, com base na pesquisa que foi realizada por Duarte, foi feita a análise estatística dos grupos de fatores selecionados como mais significativos, pelo programa VARBRUL. Dos oito grupos de fatores considerados, foram selecionados, em ordem de significância:

- 1º) tipo de estrutura da oração;
- 2º) tipo de texto (falado ou escrito);
- 3º) animacidade do sujeito;
- 4º) faixa etária / escolaridade;
- 5º) tipo de verbo e
- 6º) pessoa do discurso.

6.1.1 Tipo de Estrutura da oração

A estrutura sintática da oração mostrou-se como o grupo de fatores mais significativo quando se trata da nulidade do sujeito. Obteve-se, após a rodada estatística, o seguinte resultado:

Tipo de Estrutura da oração	Apl. / Total	%	PR
Oração coordenada 2	160 / 313	51	.72
Oração adverbial	63 / 168	38	.55
Oração coordenada 1	91 / 243	37	.53
O S substantiva	24 / 94	26	.49
Oração principal	95 / 339	28	.46
Oração absoluta	74 / 271	27	.43
Oração relativa	22 / 176	13	.22
Total	529 / 1604		

Tabela 6.1: Frequência e probabilidade de sujeitos nulos segundo o grupo de fatores estrutura sintática da oração

Como é possível observar, os dois pólos que concentraram, respectivamente, os maiores e menores valores foram os referentes às orações coordenadas 2 e às relativas, como ilustram os exemplos abaixo:

- (1)
- a. Isso fez com que eles tivessem mais prestígio na cidade e **cv** tivessem mais bens. (f3Fr)
 - b. Chapeuzinho Vermelho entrou na casa e **cv** perguntou. (eM4r)
 - c. Ele saía pra trabalhar e **cv** deixava a menina pequena sozinha com a onça. (fF8r)
 - d. Eu acho muito bom pois **cv** vou ter um futuro longe das drogas e da violência. (fM4o)
 - e. Eu larguei a bicicleta e **cv** saí correndo. (fM8p)
 - f. **cv** Lembro dos bons momentos que **cv** passei com ela (eM8p)
 - g. Lá aconteceu algo engraçado que **cv** nunca vamos esquecer. (eM3p)

Nos exemplos (a), (b), (c), (d) e (e), percebe-se que a omissão do sujeito se dá com base na co-referência que é estabelecida com a primeira oração do período. Já nos dois últimos exemplos, que ilustram a ocorrência de sujeito nulo em orações relativas, observa-se que o sujeito fica omitido pois, embora não tenha co-referentes na primeira oração, é identificado pela desinência verbal.

No entanto, a maioria das orações relativas apresentaram um pronome relativo como sujeito, conforme comprovam os exemplos:

- (2)
- a. ... tinha um lobo **que** trocou a placa de atalho. (eM4r)
 - b. A poluição é um problema **que** não atinge só o Brasil (fF4o)
 - c. Muitas pessoas tavam dançando menos uma moça **que** tava num canto. (fM8r)
 - d. Cama é o único ser **que** me ouve. (eF8d)

Dessa forma, orações relativas nas quais o sujeito estava omitido, representaram apenas 13% do total analisado (22 / 176), uma vez que, com este tipo de oração, o pronome relativo “que” , cuja presença é necessária na oração, passa a exercer a função de sujeito,

justificando assim, a baixa frequência e probabilidade da ocorrência de sujeitos nulos, mostradas na tabela 6.1.

6.1.2 Tipo de texto

O segundo grupo de fatores selecionado como relevante foi a fala e a escrita. Foi constatado que há preferência pelo sujeito nulo na escrita, em comparação com a fala, como ilustrado na tabela 6.2. Esse resultado já era esperado uma vez que se sabe que uma das recomendações dadas pela escola, que na maioria das vezes adota o modelo da gramática tradicional, é a de que se evite o uso de repetições, a fim de que os alunos venham a adquirir e utilizem a forma considerada padrão da língua. Assim, ao redigirem seus textos, tentam aplicar as normas da língua repassadas através do professor que os orienta a não repetir sujeitos expressos, por exemplo.

Além disso, pode-se afirmar que, como no momento da fala, os referentes a que os pronomes estão se relacionando podem se perder causando prejuízo à compreensão da mensagem, torna-se mais seguro em termos de comunicação, o preenchimento do sujeito que a sua nulidade. Já com os textos escritos, fica mais fácil a compreensão, mesmo que os sujeitos não sejam explícitos, pois há possibilidade de retomar os referentes nas próprias sentenças ou, ainda, recorrer à flexão verbal que, no caso da escrita, realiza-se geralmente em conformidade com a norma padrão.

Tipo de texto	Apl. / Total	%	PR
Escrito	311 / 800	39	.59
Falado	218 / 804	27	.41
Total	529 / 1604		

Tabela 6.2: Frequência e probabilidade de sujeitos nulos segundo o grupo de fatores tipo de texto

Ilustra-se, a seguir, como um texto escrito (3 a) pode apresentar mais sujeitos nulos que o mesmo texto, produzido oralmente (3b):

(3) a. **cv** Fomos eu, ele e outros trinta motoqueiros. **Cv** Saímos às sete horas. A viagem foi bem tranqüila, **cv** passamos por paisagens maravilhosas e **cv** tivemos grande contato com a natureza. Durante as doze horas de viagem, **cv** fizemos algumas paradas. Ao fim do dia, **cv** estávamos super cansados. **cv** Foi um dia muito especial. (eF3p)

b. **Um dia bem legal pra mim** foi quando **eu** fui viajar com meu pai, de moto. **A gente** foi pra serra do Rio do Rastro. **A gente** passou por Lages, Bom Retiro, por Urubici. **A gente** foi de moto com uns trinta motoqueiros. **A gente** fez uns 300 quilômetros e foi divertido porque **a gente** conheceu um monte de pontos turísticos. (fF3p)

6.1.3 Animacidade

O terceiro grupo de fatores considerado relevante para a ocorrência do sujeito nulo foi a animacidade. Conforme mostram os resultados contidos na tabela a seguir, sujeitos com o traço [+ animado] tendem mais a ser nulos que aqueles cujo traço de animacidade é negativo:

Animacidade	Apl. / Total	%	PR
[+ animado]	445 / 1226	36	.53
[- animado]	84 / 378	22	.39
Total	529 / 1604		

Tabela 6.3: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito nulo segundo o grupo de fatores animacidade

Pode-se concluir que, uma vez que um dos traços que mais caracteriza o sujeito é a agentividade, a presença do sujeito não se faz tão “necessária” quanto nos casos em que o

sujeito é [- animado], pois o ouvinte terá mais facilidade em identificar o sujeito mesmo não estando explícito, que nos casos em que o sujeito é inanimado

6.1.4 Faixa etária / escolaridade

Como explicamos anteriormente, neste grupo de fatores, foram consideradas a faixa etária e a escolaridade por serem correspondentes entre si. Assim, informantes com 10 e 14 anos cursavam, respectivamente, a 4^a e 8^a série do Ensino Fundamental enquanto que os informantes com 17 anos eram formandos do Ensino Médio.

Como quarto grupo de fatores selecionado como significativo pelo programa VARBRUL, a faixa etária / escolaridade apresentou como resultados os seguintes números:

Faixa etária / escolaridade	Apl. / Total	%	PR
17 anos (3 ^a série EM)	181 / 492	37	.60
14 anos (8 ^a série EF)	218 / 720	30	.45
10 anos (4 ^a série EF)	130 / 392	33	.46
Total	529 / 1604		

Tabela 6.4: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeito nulo segundo o grupo de fatores faixa etária / escolaridade

Observe-se que, apesar de haver uma discreta redução nos valores intermediários, pode-se afirmar que, quanto mais jovens os informantes, menos utilizado é o sujeito nulo. Os resultados comprovam que a tendência ao preenchimento do sujeito é, portanto, como era esperado, característica de informantes mais jovens.

6.1.5 Tipo de verbo

Consideraram-se, para análise deste grupo de fatores, os verbos transitivos, intransitivos e inacusativos. Conforme mostram os valores da tabela a seguir, os verbos transitivos, ao contrário do que ocorreu na pesquisa realizada por Duarte (1995), são aqueles que mais podem favorecer sujeitos nulos, ao passo que os intransitivos e inacusativos tendem mais a ser preenchidos.

Tipo de Verbo	Apl. / Total	%	PR
transitivo	287 / 782	37	.55
intransitivo	105 / 284	37	.50
inacusativo	137 / 538	25	.43
Total	529 / 1604		

Tabela 6.5: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeitos nulos segundo o grupo de fatores tipo de verbo.

Aqui é possível se estabelecer uma relação entre a ordem e o preenchimento do sujeito. Conforme os resultados mostrados na tabela acima, os verbos intransitivos e inacusativos são os que menos favorecem o não preenchimento do sujeito e, sem dúvida, este fato está relacionado ao fato de que esses são justamente os verbos que mais favorecem a posposição. Assim, como os verbos transitivos são aqueles cujos sujeitos estão menos propensos à posposição (visto que podem ser confundidos com seu objeto), eles são os que mais se apresentam preenchidos.

6.1.6 Pessoa do discurso

Por último, o programa VARBRUL selecionou, como também significativo, o grupo de fatores pessoa do discurso.

Antes, porém, de se proceder à análise dos resultados obtidos a partir desse grupo de fatores, julgo importante fazer algumas observações, começando por apresentar uma tabela contendo o levantamento numérico do tipo de sujeito utilizado pelos informantes, para cada pessoa:

Pessoa	Forma de Realização do Sujeito	Apl / Total	%
1 ^a	eu	206 / 261	78,9
	a gente	41 / 261	15,7
	nós	14 / 261	5,4
2 ^a	tu	6 / 9	66,7
	você	3 / 9	33,3
3 ^a	SN pleno	396 / 805	49,19
	ele(s) / ela (s)	176 / 805	21,86
	outros casos	233 / 805	28,94
Total de sujeitos preenchidos		1075	

Tabela 6.6: Forma de realização do sujeito, segundo a pessoa do discurso.

Cabe ressaltar que os pronomes de 2^a pessoa são utilizados pelos informantes apenas nos casos mostrados a seguir:

(4) a . **Tu** é careta se **tu** não fizer isso. (fF3o)

b. Se **tu** lê, **tu** pode, **tu** tem a tendência a continuar, agora se **tu** não lê ou **cv** deixa de ler, é pior. (fF3o)

c. Tendo família, **você** vai se dar bem no trabalho porque **você** vai conseguir estudar, **você** vai ter aquela base melhor. (fF8o)

Nos casos (4a), (4b) e (4c) em que temos o uso de 2ª pessoa, ocorrem, na verdade, exemplos da perda do indefinido *se* e de sua substituição por sujeitos preenchidos ou nulos, conforme já haviam constatado Kato & Tarallo (1986). Aprimorando sua pesquisa, Tarallo (1993) confirma que a forma mais utilizada no PB para sujeito indeterminado é, efetivamente, aquela que utiliza o sujeito preenchido, assim como ocorre nos exemplos citados.

Os resultados mostraram que a primeira pessoa é a que favoreceu mais a nulidade, seguida da terceira e da segunda pessoa, respectivamente, conforme mostra a tabela a seguir:

Pessoa do discurso	Apl./ Total	%	PR
1ª pessoa	174 / 435	40	.59
3ª pessoa	353 / 1158	30	.47
2ª pessoa ¹	2 / 11	18	.24

Tabela 6.7: Frequência e probabilidade de ocorrência de sujeitos nulos segundo o grupo de fatores pessoa do discurso

A constatação de que a 1ª pessoa está mais associada à nulidade do sujeito pode estar relacionada também à estrutura da oração pois, muitas vezes, os sujeitos estão localizados em orações coordenadas e seus referentes são esperados, gerando, assim, sujeitos nulos de primeira pessoa, conforme ilustram os exemplos a seguir, retirados de textos escritos:

¹ O pequeno número de dados de 2ª pessoa talvez se deva ao tipo de coleta de dados em que não houve interação entre o informante e o entrevistador, mas sim o relato de alguns fatos e opinião sobre certos assuntos.

(5) a. Eu tinha 10 anos e **cv** estava na 4^a série. **Cv** Fomos fazer uma viagem de estudos. **Cv** Saímos do colégio às oito e meia e **cv** chegamos às dez e meia. **Cv** Visitamos o Tratado de Tordesilhas e depois **cv** fomos almoçar no restaurante. (eM8p)

b. Não faz muito tempo que **cv** conheço Urubici, mas desde a primeira vez que **cv** vi **cv** fiquei encantada. (eF8d)

c. Quando eu e a minha prima fomos lavar o carro, é claro que **cv** aproveitamos para nos molharmos e depois **cv** fomos pescar. **Cv** Chegamos em casa com os pés picados por siris e **cv** fomos almoçar. (eF8p)

Quando o sujeito de primeira pessoa é realizado através do pronome *a gente*, a possibilidade de que seja nulo é bem menor e só ocorrerá quando houver referente próximo, como ilustra o exemplo (6):

(6) *A gente* coloca tema e **cv** bota dois argumentos. (f8Mm)

Nos casos em que o sujeito é *a gente*, obviamente, ele se apresenta preenchido, mesmo que se repita nas sentenças:

(7) **A gente** passa bons momentos com a família. Todos os momentos que **a gente** passa, **a gente** não esquece (f8Mo)

Ainda é possível encontrar, na fala de um mesmo informante, tanto o pronome *a gente* quanto o pronome *nós* elíptico, numa mesma situação:

(8) Eu fiz na quarta série um passeio para Laguna. **A gente** passou o dia todo lá. **A gente** saiu do colégio umas oito horas e **cv** chegamo lá às dez e meia e aí **cv** visitamo vários pontos turísticos, **cv** visitamo o Tratado de Tordesilhas (fM8p)

O exemplo apresentado em (8) passa a ser mais uma evidência da hipótese de Duarte (1995) quando ela afirma que o crescente percentual de sujeitos preenchidos no PB

está relacionado à redução do paradigma verbal, devido à inclusão do pronome *a gente* no sistema pronominal do PB. Além disso, outro fator que contribui para o preenchimento cada vez maior do sujeito é que a própria morfologia dos verbos nem sempre apresenta marcas desinenciais capazes de permitir a identificação das pessoas.

6.2 Comparando resultados

Os resultados obtidos nesta pesquisa, tendo como grupo de fatores a estrutura sintática da oração, coincidem com os resultados elencados por Kato *et alii* (1996) em que os autores também chegam à conclusão de que a estrutura sintática da oração é um dos fatores que favorece o uso de orações com sujeito nulo.

Duarte (1995) também havia constatado que orações relativas não são muito favorecedoras da manutenção do sujeito nulo no PB, visto que, em sua pesquisa, ela obteve apenas 7% de frequência de nulidade, o que comprova a alta resistência dessas orações à manutenção do parâmetro *pro-drop* na língua.

O grupo de fatores animacidade, nesta pesquisa, a exemplo daquela realizada por Duarte (1995), também foi selecionado como significativo. Os resultados obtidos pela autora também apontaram para uma significância maior do traço [+ animado] no que diz respeito ao sujeito nulo. Ela chama a atenção, no entanto, para a importância de se considerar, também, junto a esse, o traço [+ genérico] pois, caso contrário, haverá favorecimento do sujeito pleno.² Duarte afirma ainda que o traço [- animado] atua nas mudanças pronominais no PB tanto no favorecimento do objeto nulo (cf. Omena, 1978, Duarte 1986 e Cyrino 1993, 1994) quanto na resistência ao sujeito nulo, o que comprova a influência deste grupo de fatores sobre a nulidade do sujeito.

Ao analisar o preenchimento do sujeito em relação ao grupo de fatores faixa etária, Duarte(1995) obteve como resultados de sua pesquisa sobre sujeito nulo no PB, com informantes adultos, os números apresentados abaixo:

² Nesta pesquisa, foram considerados apenas os traços [+ / - animado], independentemente de serem genéricos ou não.

Faixa etária	Apl. / Total	%	PR
< 46 anos	190 / 491	39	.62
36 a 45 anos	126 / 475	27	.46
25 a 35 anos	99 / 458	22	.41

Tabela 6.8: Freqüência e probabilidade de ocorrência de sujeitos nulos segundo o grupo de fatores faixa etária (adaptada da tabela 3.8, de Duarte, 1995, p. 80)

Da mesma forma que esta pesquisa (cf.tabela 6.4), os resultados de Duarte revelam um enfraquecimento do uso de sujeitos nulos à medida que a faixa etária dos informantes também diminui. Embora os resultados referentes às faixas etárias de 10 e 14 anos apresentem uma diferença discreta, é possível afirmarmos que em ambas as pesquisas fica comprovada a tendência ao preenchimento do sujeito por pessoas mais jovens, caracterizando, nos termos labovianos, uma mudança em tempo aparente. Da mesma forma, se retomarmos a teoria de Lightfoot sobre a relação entre aquisição da linguagem e mudança, poderemos afirmar que, no futuro, possivelmente, o PB passará a ser uma língua não *pro-drop*, ou seja, de sujeitos preenchidos já que as crianças estão adquirindo uma língua que, mesmo pertencendo ao grupo das línguas de sujeito nulo, apresenta cada vez mais sujeitos plenos.

Quando o grupo de fatores analisado foi o tipo de verbo, constatou-se que, de acordo com esta pesquisa, os verbos que mais podem licenciar sujeitos nulos são os transitivos. Enquanto que os inacusativos são os que mais exigem preenchimento do sujeito. No estudo realizado por Duarte (1995), a autora classificou os verbos encontrados como transitivos, de ligação e intransitivos, obtendo um percentual de sujeitos nulos de 25, 31 e 36%, respectivamente. Chama-nos a atenção, portanto, o fato de a autora não ter considerado em sua análise os verbos inacusativos, ou tê-los, quem sabe, incluído a outros verbos, como os intransitivos, dentre os quais cita: “trabalhar”, “estudar”, “passear”, “viajar”, “morar”, “ir” e “vir”. Nossos resultados, quanto ao tipo de verbo que licencia sujeitos nulos, portanto, diferem dos de Duarte, uma vez que os resultados obtidos por ela revelaram um percentual menor de sujeitos nulos com verbos transitivos. Tal resultado, se relacionado com a questão da ordem do sujeito também estudada ao longo deste trabalho, leva-nos a confirmar, mais uma vez, a hipótese de Coelho (2000) de que verbos inacusativos favorecem a ordem V DP. Portanto, esses verbos precisam ter seus sujeitos

mais preenchidos que os demais, já que verbos transitivos, por terem a posição do argumento interno mais freqüentemente preenchida, acabam por licenciar mais sujeitos nulos.

Na pesquisa realizada por Duarte (1995), ela constatou que, de acordo com dados que analisou, a terceira pessoa é que favorecia a manutenção do sujeito nulo no PB, seguida da primeira e da segunda pessoa, sucessivamente. Na época, ela destacou que o uso do pronome *nós*, predominantemente no grupo de informantes mais velhos, e o uso do pronome *a gente*, típico do grupo de informantes mais jovens, concorriam em igualdade de condições na fala do grupo de faixa etária intermediária. Neste trabalho, no entanto, os resultados mostraram que a primeira pessoa é que favoreceu mais a ocorrência de sujeito nulo.

A autora constatou também que, à medida que cai a faixa etária, também cai o percentual de sujeitos nulos de terceira pessoa associado à estrutura com sujeitos co-referentes. Segundo ela, “isso mostra que estamos perdendo a permeabilidade à ‘anaforicidade’ e tornando opcional um procedimento obrigatório nas línguas conhecidas tradicionalmente como *pro-drop*” (p.64)

6.3 Considerações finais

Da mesma forma que atestaram os resultados de Duarte, também foi constatado através desta pesquisa que o sujeito em PB está cada vez mais preenchido, o que aponta para uma futura mudança de parâmetro *pro-drop* para *não pro-drop*. Dos resultados obtidos a partir da análise dos dados, constatou-se que alguns fatores são os responsáveis, ainda, pela preservação do sujeito nulo no PB.

O primeiro contexto, em ordem de significância apontado pelo programa estatístico para a ocorrência do sujeito nulo, foi a estrutura sintática da oração. Mostraram-se como principais favorecedoras da nulidade do sujeito as segundas orações coordenadas e, como menos favorecedoras, as orações relativas.

Dando prosseguimento à análise, constatei que os textos escritos tendem a propiciar mais o uso de sujeitos nulos que os textos orais, devido à possibilidade de se estabelecerem relações anafóricas mais eficientes em termos de compreensão da mensagem. Além disso, o traço [+ animado] também se mostrou bastante relevante no uso de sujeito nulo, assim como também já havia sido constatado por Duarte (1995).

Soma-se a todos esses fatores, a faixa etária que, sem dúvida, é o que mais aproxima esta pesquisa das outras já realizadas acerca do sujeito nulo. Duarte havia selecionado informantes com idade igual ou superior a 25 anos, o que caracteriza informantes adultos. Nesta pesquisa, no entanto, os informantes foram crianças e adolescentes de 10 a 17 anos e os resultados mostraram que pode haver uma mudança em tempo aparente, uma vez que há redução no uso de sujeitos nulos na mesma proporção em que a faixa etária dos informantes diminui comprovando-se, assim, a hipótese de Duarte de que o PB se encontra em fase de transição de uma língua *pro-drop* para não *pro-drop*.

Além desses, está o grupo de fatores tipo de verbo que, ao contrário do que estabeleceu Duarte, mostrou que os verbos transitivos são os que mais têm favorecido o sujeito nulo e não os intransitivos, como aconteceu com sua pesquisa realizada em 1995. O fato de os verbos biargumentais serem aqueles que mais favorecem a nulidade e, conseqüentemente, os monoargumentais terem sujeitos mais preenchidos pode também ser relacionado ao fenômeno da ordem, também tratado nesta pesquisa. Assim, fica claro que, se os verbos transitivos favorecem a ocorrência de sujeitos nulos, a ordem em muitos casos não pode ser investigada, ficando sua análise restrita mais aos verbos monoargumentais.

Por último, ao analisar a nulidade do sujeito em função da pessoa do discurso, percebeu-se que, enquanto os resultados de Duarte (1995) apontaram para a terceira pessoa como mais favorecedora da ocorrência de sujeitos nulos, nesta pesquisa a primeira pessoa apresentou-se como a mais importante.

Conclusão

Durante este trabalho, meu intuito foi o de investigar qual é o estatuto do sujeito no PB de Florianópolis, no que tange a dois critérios: a ordem e o preenchimento. Ao dar início à pesquisa realizando um levantamento sobre as definições de sujeito que as gramáticas tradicionais apresentam, pôde-se constatar que definir sujeito não é uma tarefa simples e um só critério não seria suficiente para fazê-lo. Questões envolvendo os critérios, semântico, morfológico e sintático sempre acabariam por vir à tona quando se tentasse buscar um só meio para identificar sujeito, comprovando assim que, o ideal, é a integração dos três critérios.

Mais do que mostrar a importância de se levar em conta os vários critérios na definição do sujeito, o primeiro capítulo serviu para revelar o quanto a intenção de descrever a língua como algo estático pode estar equivocada. No segundo capítulo, em que trato das “Outras faces do sujeito”, fica evidente que o sujeito assim como toda a estrutura da língua, não pode ser entendido como algo que simplesmente segue modelos pré-estabelecidos.

Serviram de base para a minha análise os trabalhos desenvolvidos por Berlinck (1989) e Coelho (2000) sobre a ordem e por Duarte (1995), sobre o preenchimento. Tais trabalhos tinham como informantes, adultos, o que lhes limitava, em parte, as conclusões sobre a existência de mudança ou apenas variação no PB.

Segundo os trabalhos de Berlinck (1989) e de Coelho (2000), entre outros, a propriedade de inversão livre do sujeito (que é considerada uma das propriedades das línguas *pro-drop*), está se perdendo no PB. Essa hipótese pôde ser comprovada também através do presente trabalho que mostrou o baixo percentual de ocorrências de ordem V DP na língua utilizada por crianças e jovens. Apesar de no trabalho desenvolvido por Coelho (2000) o fator idade não ter sido selecionado como significativo, a autora chama a atenção para o fato de que ela estudou faixas etárias entre 25 e 76 anos e que a possibilidade de

mudança em tempo aparente pode existir, ao se considerarem faixas mais jovens. Assim, a hipótese de que faixas mais jovens seriam favorecedoras da progressiva extinção da ordem V DP no PB fica comprovada através do presente trabalho, uma vez que utilizei dados referentes a informantes de 10 a 17 anos.

Da mesma forma comprovou-se que o PB se comporta, atualmente, como uma língua “quase” não *pro-drop*, uma vez que (embora sendo poucos) há contextos ainda em que o sujeito nulo é encontrado. Vale ainda lembrar que essa mudança se processa independentemente da procedência dos informantes, pois os informantes da pesquisa feita por Duarte pertencem à região Sudeste, enquanto que a investigação feita com informantes mais jovens se baseia em indivíduos oriundos da região Sul do Brasil.

Faz-se necessária, neste momento, uma menção sobre a teoria de Lightfoot (1991) no que se refere à aquisição da língua. O que acontece, segundo o autor, é que a criança é exposta cada vez mais a contextos em que a língua se apresenta “diferente” daquela considerada padrão e, assim, acaba adquirindo “a nova forma” sendo, então, agente da mudança.

Aplicando-se a teoria de Lightfoot (1991) aos resultados obtidos nesta pesquisa, pode-se afirmar que a ordem do sujeito DP V bem como o seu preenchimento cada vez mais acentuado se deve ao fato de que os informantes mais jovens estão refixando antigos parâmetros que acabarão por levar o PB a uma mudança lingüística paramétrica.

Com a comprovação de que, em se tratando de informantes muito jovens, há maior probabilidade de ordem DP V e de sujeitos preenchidos, pode-se afirmar que há, de fato, relação entre ordem e preenchimento do sujeito.

Os resultados de outras pesquisas que este estudo veio comprovar e complementar apontam para a manutenção da ordem canônica DP V e mostram a preferência por sujeitos preenchidos em detrimento dos nulos. Sendo assim, o PB apresenta-se em um estágio de mudança em tempo aparente em que a ordem VD P e a nulidade restringem-se a poucos contextos, tendendo assim, quem sabe, ao desaparecimento na língua.

Finalizando, como sugestão para futuros trabalhos, indicaria a investigação do fenômeno da ordem e do preenchimento em textos escritos, considerando-se, além da faixa etária e da escolaridade, o tipo de texto, o que envolveria um aprofundamento teórico em termos de tipologia textual. Além dessa, certamente também renderiam muitos frutos

pesquisas envolvendo as hipóteses de Lightfoot quando à mudança lingüística e aquisição da linguagem considerando um número maior de dados cuja forma de coleta favorecesse mais a ocorrência de sujeitos de 2ª pessoa.

Referências bibliográficas

- ALI, M. Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.
- BARBOZA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. Lisboa: Academia Real das Sciencias. 2ª ed, 1830.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- BERLINCK, R. de A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1988.
- BERLINCK, R. de A. “A construção V SN no Português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem”. IN: Tarallo, F. (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas, Pontes, 1989.
- BERLINCK, R. de A. “Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em português”. *Revista Alfa*, 1997, São Paulo.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. (1965) *Aspects of the theory of syntax*. Massachusetts, The Mit Press, 17 ed., 1992.
- COELHO, Izete L. *A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese de Doutorado, UFSC, 2000.

- COELHO, Izete L. O caráter da posposição em construções monoargumentais no português falado em Florianópolis. Actas do XIV *Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Aveiro, Portugal, 1998.
- DUARTE, M. Eugênia L. “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1993.
- DUARTE, M. Eugênia L. *A perda do princípio “evite o pronome” no português brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, 1995.
- DUARTE, M. Eugênia L. *A perda do princípio “Evite o Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1995.
- DUARTE, M. Eugênia L. “A sociolingüística paramétrica: perspectivas”. In Hora, D. & Christiano, E. (orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. Ed. Idéia Ltda, 1999.
- DUARTE, M. Eugênia L. *O sujeito expletivo e as construções existenciais*. *Inédito*. (mimeo) 2002.
- FARACO, C.E. & MOURA, F. M. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1987.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição do sujeito no português brasileiro*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.
- KATO, M. A. et alli. “Padrões de predicação no português falado no Brasil”. IN: Kato, M. (org.) *Gramática do português falado*. Vol. V. Campinas, SP. Ed. Da UNICAMP/ FAPESP, 1996.
- KATO, M. A. *Construções de deslocamento à esquerda e o parâmetro do sujeito nulo*. Comunicação apresentada na Semana comemorativa dos Vinte Anos de Português No Ensino Superior Húngaro. Budapest 28/10 a 01/11/1997.

KATO, M. A. “Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-lingüística”
In: Hora, D. & Christiano, E. (orgs.) *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. Ed.
Idéia Ltda, 1999.

KATO, M. A. “ The loss of syntax in Brazilian Portuguese”. IN: Koch & Schiebe-Lange
(org.) *Linguistik in Brezilien*. Tubingen:Niemeyer.(no prelo)

LABOV, W. *Sociolinguistics patterns* .Philadelphia, University of Pennsylvania Press,
1972.

LABOV, W. “Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz
Lavandera” *Working Papers in Sociolinguistics*. Austin, texas, n. 44, abril, 1978.

LABOV, W. “Building on empirical foundations”. In: Winfred P. Lehmann & Yakov
Malkiel (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam / Philadelphia: John
Benjamins, 1982.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: blackwll. 1994.

LAVANDERA, B. R. “Where does the sociolinguistic variable stop? ” *Language in
Society*. Great Britain, Vol 7, 1977.

LIGHTFOOT, D. W. “A theory of change”. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge,
Cambridge University Press, 1979.

LIRA, S. De A. *The subject in Brazilian Portuguese*. Nova York, Peter Lang, 1996.

LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa, Editorial Presença / Martins Fontes, 1980.

LYONS, John. *Língua(gem) e Lingüística*.Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

- MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Pioneira, 1987.
- MARTINS, M..A. “*Questiona-se verdades: a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural*.” TCC, UFSC, 2003.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. Ed. Contexto: São Paulo, 3ed.,1996.
- MIOTO, C. et alli. *Manual de sintaxe*. Florianópolis, Ed. Insular, 1999.
- NASCIMENTO, S. H. L. do. *Inacusatividade no português do Brasil*. Tese de Doutorado, UFSC, 2002.
- NICOLA, José de. *Língua, literatura & redação*. São Paulo: Editora Scipione, 1998.
- NUNES, J. M. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com o se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado, ILL, UNICAMP,1990.
- PASCOALIN & SPADOTTO. *Gramática*. São Paulo: FTD, 1996.
- PEREIRA, Carlos Eduardo. *Gramática Expositiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- PERLMUTTER, D. “Evidente for subject downgrading in Portuguese”. IN: J. Schmidt-Radefelt. *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam, North-Holland Publishing Company, 1976.

PINTZUK, S. *VARBRUL Programs*. (mimeo), 1988.

PONTES, Eunice Souza Lima. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo, Ática, INL, 1986.

RAMOS, J. “Sociolinguística paramétrica ou variação paramétrica?” IN Hora, D. & Christiano, E. (orgs.) *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. Ed. Idéia Ltda, 1999.

ROBERTS, I. “ O português brasileiro no contexto das línguas românicas”. IN Roberts & Kato (org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP, editora da UNICAMP, 1993.

SPANO, M. *A ordem V SN em construções monoargumentais, na fala culta do Português Brasileiro e europeu*. Dissertação de Mestrado. Departamento de letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do rio de Janeiro, 2002.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo, Ática, 1985.

TARALLO, F. “Por uma sociolingüística paramétrica: fonologia e sintaxe”. *Ensaio de Lingüística*. Vol. 13, Minas Gerais, Faculdade de Letras, UFMG, 1987.

TARALLO & KATO. “ Harmonia Trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística”. *Preedição 5*. Campinas, R. G. , 1989.

TARALLO, F. “Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística”. *Organón*. Vol. 5 (18), 1991.

WEINREICH, U. LABOV, W. & HERZOG, M. “Empirical foundations for a theory of language change”. In: Lehman & Malkiel (ed.) *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press, 1968.

ANEXO

Questionário Social

1. Nome:..... 2. Sexo: ()M ()F
3. Data de Nascimento// ..,..... 4. Local de Nasc.
5. Endereço:..... Bairro
Cidade: CEP Fone:
6. Curso 7. Série/ Fase 8. Profissão:.....
9. Quais as escolas em que estudou?
10. Estado civil Tem filhos?..... Quantos?..... Qual a idade deles?
11. Sempre residiu na grande Florianópolis? Quanto tempo esteve fora?
Quais as cidades onde residiu?.....
12. Local de nascimento:
Do pai: Da mãe:.....
13. Qual a escolaridade:
Do pai: Da mãe:.....
14. Qual a profissão:
Do pai:..... Da mãe
15. Quantas pessoas residem na sua casa, incluindo você? Qual a idade de cada
uma delas?.....
16. Como ocupa seu tempo livre?.....
17. Assiste TV?Quais os programas de sua preferência?
.....
18. Costuma ouvir rádio? Quais as emissoras?
19. Lê jornal? Qual (is)?
Qual (is) a(s) página(s) (assuntos) de que você mais gosta?.....
20. Lê revistas? Qual (is)?
21. Costuma assistir a filmes? De que tipo?
22. Gosta de ouvir música?..... De que tipo?.....
23. Faz parte de alguma associação? Qual(is)?
() clube () igreja () centro social () outro Qual?.....
24. Sobre que assuntos você mais gosta de falar / escrever?
.....

.....,//

Local

data

Ocorrências V DP nos dados analisados:

- 1) “ Foi num final de semana saiu eu, minha irmã meus amigos e o namorado dela” (fF4p)
- 2) “Foi num lindo final de semana, saiu eu, meus amigos, minha irmã (Francielle) e o namorado da minha irmã (Leandro)” (eF4p)
- 3) “Depois, quando o jogo estava quase terminando entrou outros alunos do outro colégio...” (eF4r)
- 4) “... daí eu me segurei na alavanca e daí abriu a porta...” (fM4p)
- 5) “mas no local em que eu mais me simpatizo é uma cidade do interior onde vivem pessoas humildes” (eF8d)
- 6) “ é lá que vivem alguns amigos da família” (eF8d)
- 7) “enterrou o seu machado na mesma cova onde estava a onça” (eF8r)
- 8) “... a gente voltou a pé também e foi um dia muito louco, aquele” (fM8d)
- 9) “às vezes eu me sinto muito desconfortável na minha casa quando chega uma pessoa que geralmente não vai lá...” (fM8d)
- 10) ‘É desenhado o corpo geralmente com a mão no bolso e a camisa amarrada por cima das mãos’ (eM8m)
- 11) “para completar, é cultivada uma horta com uma variedade de temperos e chás” (eF3d)
- 12) “E de repente , passaram-se anos...” (fF3r)
- 13) ...” de repente nasceu aquela lua maravilhosa” (fF3p)
- 14) “ ocorreu o inesperado, o que abrilhantou o céu foi o nascer da lua...”(eF3p)
- 14) Durante o campeonato, ocorreram trocas de olhares entre ela e seu futuro amor” (eF3r)
- 16) Eles conversaram e então aconteceu o tão esperado beijo” (eF3r)
- 17) Fomos eu, ele e outros trinta motoqueiros. (eF3p)
- 18) ... então tava os dois nervosos” (fM3p)
- 19) “ficamos duas horas conversando até que aconteceu o beijo” (eM3p)
- 20) “entrou no depósito onde só podia entrar empregados. (fM3p)
- 21) “no estoque exclusivo onde só entram os balconistas” (eM3p)
- 22) Lá aconteceu algo engraçado... (eM3p)
- 23) ...tem que ser feito três colunas... (fM3m)
- 24) ... se sobrar um risquinho, o outro perde” (fM3m)